instituto PACS

POLÍTICAS ALTERNATIVAS PARA O CONE SUL

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2024

DIRETORIA EXECUTIVA

Sandra Quintela Maria Lopes
Presidenta

Miguel Borba de Sá
Vice-presidente

Terezinha Pimenta
Diretora-financeira

CONSELHO FISCAL

Ana Garcia
Karina Kato
Lycia Ribeiro

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

Cláudio Nascimento
Israel Segal Cuperstein

SÓCIOS-COLABORADORES

Ana Garcia
Emilia Jomalinis
Iara Moura
Isabel Mansur
Julia Bustamante
Karina Kato
Marina Praça
Pedro D´andrea
Rafaela Dornelas

SÓCIOS-CONSELHEIROS

Ana Santos
Bernadete Montesano
Claudemar Mattos
Elaine Caetano de Souza
Francisca de Oliveira
Gizele Martins
Guilherme Nunes
Hermila Alcina Figueiredo
Ivo Siqueira Soares
Jether Pereira Ramalho
Leila Salles
Leonardo Boff
Luana Carvalho
Luiz Antunes
Márcia Miranda
Marcos Albuquerque
Marina Ribeiro
Michael Haradom
Mônica Francisco
Padre Dário Bossi
Paulo Souto
Peter Schweizer
Reinaldo Gonçalves
Renata Versiani
Rita Maria Barbosa
Sandra Carvalho
Saney Souza
Sebastião Soares

COLETIVO DE GESTÃO
Aline Lima
Ana Luisa Queiroz
Geane Tacchi

COORDENAÇÃO GERAL
Aline Lima

COORDENAÇÃO DE PROJETOS
Ana Luisa Queiroz
Yasmin Bitencourt

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA-FINANCEIRA
Geane Tacchi

ASSESSORA DE COMUNICAÇÃO
Mylena Melo

ASSESSORAS DE PROJETOS (EQUIPE POLÍTICO-PEDAGÓGICA)
Carmem Castro
Mayã Martins Correia
Thais Matos

ASSESSORA ADMINISTRATIVA-FINANCEIRA
Anna Paula de Sousa Gama

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO
Augusto César

FORMAÇÃO DA EQUIPE

Aline Alves de Lima
Graduada em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF), pós-graduada em Terapia através do movimento: corpo e subjetivação, educadora popular, atriz e especialista em elaboração e gestão de projetos sociais.

Ana Luisa Queiroz
Pesquisadora, educadora popular, feminista e mestra em Sociologia e Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Anna Paula de Sousa Gama
Formada em administração e gastronomia e padaria, especialista em gestão de projetos ágeis e gestão de negócios sustentáveis. Atualmente cursa contabilidade.

Augusto César
Assistente administrativo financeiro, com vinte anos de experiência em organizações da sociedade civil.

Carmen Castro
Socióloga, doutorado em planejamento urbano e regional pelo IPPUR/UFRJ, professora e pesquisadora nas áreas de sociologia agrária e urbana, movimentos sociais, comunidades tradicionais.

Geane Tacchi
Graduada em Letras pela Universidade Veiga de Almeida (UVA), pós-graduada em Marketing pela Universidade Cândido Mendes (UCAM) e pós-graduanda em Administração Financeira.

Mayã Martins Correia
Mestra em Antropologia e doutoranda em integração da América Latina pela Universidade de São Paulo (USP); graduada em Ciências Sociais pela UFRJ e graduanda em Direito pela UFF; circense, educadora popular e pesquisadora.

Mylena Melo
Graduada em Jornalismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Tem experiência na cobertura de direitos humanos, políticas públicas, movimentos sociais e incidência política.

Thais Matos
Mulher de axé, educadora e ativista pelo direito a memória e a justiça socioambiental nos territórios negros e periféricos. Geógrafa, mestranda em ordenamento territorial e ambiental (PPGEO/UFF) e especialista em História da África e diáspora atlântica pelo Instituto Pretos Novos.

Yasmin Bitencourt Andrade da Silva
Educadora popular, feminista e pesquisadora graduada em Relações Internacionais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

SUMÁRIO

1. QUEM SOMOS 6

1.1 NOSSA HISTÓRIA 7

1.2 COM QUEM CAMINHAMOS 9

1.3 QUEM SOMOS 13

1.4 NOSSAS PRÁTICAS POLÍTICO-PEDAGÓGICAS 14

1.5 COMO ATUAMOS 17

2. CONTEXTO DA ATUAÇÃO EM 2024 19

3. EIXOS DE TRABALHO 23

3.1 CRÍTICAS E ALTERNATIVAS AO ATUAL MODELO DE DESENVOLVIMENTO 24

3.2 MULHERES, ECONOMIA E LUTA PELO COMUM 25

3.3 FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL 26

4. ATIVIDADES PERMANENTES 29

4.1 ARTICULAÇÕES, PARCERIAS E REDES 33

4.2 INCIDÊNCIA POLÍTICA 39

4.3 FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL 42

4.4 COMUNICAÇÃO 44

5. ATIVIDADES EXTERNAS 52

ARTICULAÇÃO E INCIDÊNCIA 58

FORMAÇÃO E PESQUISA 67

AÇÕES TERRITORIAIS 69

6. PERSPECTIVAS PARA 2025 75

QUEM SOMOS

1. QUEM SOMOS

1.1 NOSSA HISTÓRIA

O Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS) é uma organização da sociedade civil fundada em 1986, por economistas latino-americanos que voltavam do exílio após mais de uma década de ditaduras empresariais-militares. O Instituto nasce em meio ao período de construção de uma constituição que visava o aprofundamento da democracia e participação política e que se coloca, desde então, a serviço dos movimentos sociais e colaborando na produção crítica de pesquisas e no desenvolvimento de trabalhos práticos que se opunham à força do neoliberalismo. O trabalho realizado aporta, principalmente, no debate sobre "modelos de desenvolvimento" e aponta para a necessidade de construção de políticas socioeconômicas alternativas à lógica do capitalismo.

É uma instituição que, há mais de 30 anos, se assume e se soma na luta anticapitalista com uma importante identidade latino-americana, tornando-se pioneira e árdua defensora na luta pela integração dos povos. Considera que a vida sempre esteve acima do lucro, e a utopia, além de ser sonhada, precisa ser cotidianamente construída. O PACS trabalhou e trabalha, portanto, com o intuito de colaborar na construção de um mundo de justiça social, ambiental e política, onde trabalhadoras e trabalhadores, indivíduos e coletividades, livres das amarras das opressões, sejam capazes de enfrentar e superar as ameaças socioeconômicas e ambientais, bem como garantir, com seu trabalho emancipado, de forma solidária e autogestionária, o desenvolvimento dos seus atributos criativos e de uma nova sociedade.

A aposta para a construção desse mundo sempre esteve na valorização do trabalho coletivo, com uma metodologia ancorada na Educação Popular e na ideia fundamen-

-tal de que “a economia é muito séria para estar na mão de economistas”, com a intenção de colocar a economia a serviço dos setores populares da sociedade e apostando no fortalecimento local de grupos e intercâmbio de processos regionais, nacionais e internacionais. Nesse sentido, torna-se um dos fundadores dos movimentos de comércio justo e de economia solidária no Brasil. Além disso, cria junto a organizações parceiras a Rede Brasileira pela Integração dos Povos (REBRIP), a Rede Brasileira sobre Instituições Financeiras Multilaterais (RBIFM), as Redes Jubileu Sul Brasil e Jubileo Sur Américas, a Articulação Internacional de Atingidos e Atingidas pela Vale e, posteriormente, vai ampliando suas ações junto a construção de outras redes internacionais, nacionais e locais.

Tem como missão colaborar no fortalecimento das coletividades nas dimensões local, nacional e internacional, por meio da organização e Educação Popular, da pesquisa, da crítica e da incidência, na busca pela construção cotidiana de práticas e estratégias políticas que viabilizem relações emancipadoras. Na atuação com os grupos e movimentos sociais, o PACS reconhece, há mais de 30 anos, o protagonismo das mulheres nas organizações territoriais e na sociedade. Desde o início dos anos 2000, atua nas especificidades das experiências e das lutas das mulheres, realizando processos de formação em economia política feminista e debates sobre o papel da mulher na sociedade. Além disso, há mais de 10 anos, acompanha e apoia a construção de coletivos e grupos de mulheres em territórios periféricos do Rio de Janeiro e do Brasil.

Desta forma, a instituição busca transformar caminhos, sem, no entanto, mudar o horizonte que tem construído em sua história, fortalecendo processos e ações por justiça econômica, social e ambiental através de uma perspectiva latinoamericana e sul global, antirracista e antipatriarcal. Além disso, busca incidir de forma crítica no debate público acerca do modelo de desenvolvimento hegemônico, desde os territórios e das lutas das mulheres.

Em 2016, no marco de seus 30 anos de história, o Instituto PACS consolidou memórias de suas lutas, resistências e conquistas em uma linha do tempo, que pode ser encontrada no site comemorativo **30anos.pacs.org.br**. Acesse e saiba mais sobre essa trajetória. Veja também nosso **vídeo institucional**.

1.2 COM QUEM CAMINHAMOS

Nós, do Instituto PACS, acreditamos que a organização dos indivíduos em coletivo é um potente caminho para a transformação social. Consideramos o afeto, as relações de confiança e o cuidado como base do trabalho e de nossas relações. Partimos da premissa de que é preciso escutar e aprender com as pessoas e seus territórios, respeitando suas formas de vida e de resistência. E defendemos, ainda, que as dimensões micro (territorial) e macro (global) são dimensões de um todo. Com um olhar desde as resistências locais e compreendendo as dinâmicas globais, temos uma visão ampliada do capitalismo, que nos permite atuar na transformação das estruturas do sistema.

Sendo assim, somamo-nos ao caminhar de coletivas (os), grupos, organizações e movimentos em diversos níveis e espaços. Dentre eles: atingidos e atingidas pelo modelo de desenvolvimento, movimentos agroecológicos do campo e da cidade, comunidades resistentes à mineração e à siderurgia, coletivos de favelas e periferias, coletivas auto-organizadas de mulheres, coletivas de combate aos fundamentalismos, articulações e redes.

Em relação aos grupos locais, citamos a **Coletiva Popular de Mulheres da Zona Oeste, o Centro de Integração da Serra da Misericórdia (CEM), Coletiva de Mulheres do Complexo da Penha, Juventude Agroecológica do Bosque das Caboclas, Coletiva de Mulheres do Bosque das Caboclas, Associação de Agricul-**

-tores de Vargem Grande, Rede Carioca de Agricultura Urbana (Rede CAU), Coletivo Martha Trindade (CMT), Teia de Solidariedade da Zona Oeste, Jardim das Ervas Sagradas, Coletiva Hortelã, Coletivo de Moradores da Reta João XXIII, em resistência à siderúrgica Ternium Brasil, dentre outros.

Em âmbito estadual (RJ), nossos campos de atuação e de impacto se dão em confluência com movimentos sociais, coletividades e organizações como a **Articulação de Agroecologia do Estado do Rio de Janeiro (AARJ), o Núcleo Rio do Fórum de Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental (FMCJS), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Associação Mulheres Sementes da Terra, Fórum de Comunidades Tradicionais**, e também junto aos Mandatos e Frentes Parlamentares do campo político progressista que tenham compromisso com as temáticas trabalhadas, tais como soberania alimentar, agroecologia, meio ambiente, direitos humanos, megaprojetos, dentre outros.

Em nível nacional, a partir da proposta de ampliação de debates e de atuação em consonância com outras organizações, movimentos e redes, podemos citar: **Coletivo Autogestão (Brasil), MTST - Pernambuco, Movimento dos Sem Teto da Bahia (MSTB), Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), Movimento pela Soberania Popular da Mineração (MAM), Fórum de Mulheres de Pernambuco, Instituto Terramar, Associação Justiça nos Trilhos, Casa da Mulher do Nordeste, Sítio Ágatha, SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia, Rede Jubileu Sul Brasil, Plataforma Dhesca, Fórum Brasileiro de Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional (FBSSAN), Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental (FMCJS), Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA), Rede Diálogos em Humanidades, Espaço Socioambiental Fórum Suape, Movimento Xingu Vivo para Sempre, Rede Tumulto, Coletivo Pão e Tinta, Todas para o Mar (TPM), Coalizão de Mídias, Teia dos Povos, Coletivo Etinerâncias, AUÊ! Estudos**

em agricultura urbana, Kilombo Manzo Ngunzo Kaiango (MG), Núcleo de Ação e Resistência Quilombola de Campina Vila União (PA), Coletiva Cabras (PE), Associação de Agricultores do Complexo da Ilha (PE), Koinonia - Presença Ecumênica, Axé Abassá de Ogum (BA), Casa de Caridade Pai Jacob do Oriente (CCPJO - MG), dentre outros.

Em nível latino-americano e internacional, citamos movimentos, organizações e redes como: **Movimiento por el Água y los Territórios (MAT), do Chile; Colectivo Casa, da Bolívia; Centro da Mulher Peruana Flora Tristán e Grufides, do Peru; Proyecto de Derechos Económicos, Sociales y Culturales (ProDESC) e Tsikini, do México; Due Process of Law Foundation, dos EUA; Grupo Feminista Mulheres de Lima; Rede Jubileu Sul Américas; Articulação Internacional dos Atingidos e Atingidas pela Vale (AIAAV); Fair Steel Coalition; Green Advocates, da Libéria; Grupo de Mulheres de Partilha de Ideais de Sofala, de Moçambique; União de Trabalhadores da Terra (UTT), da Argentina; Fundação Rosa Luxemburgo, da Argentina; EarthRights International; Red Latinoamericana de Mujeres Defensoras de los Derechos Ambientales y Sociales**, entre outras.

Por fim, além desses espaços de diálogos, articulações e redes, o PACS constrói parcerias e ações junto a professores, grupos e núcleos de pesquisa, e práticas de extensão dentro das universidades, escolas, cursinhos pré-vestibular e outros espaços educativos formais e informais.



Curso Mulheres e Economia 20 anos, em Pedra de Guaratiba (RJ), na sede da coletiva Mulheres de Pedra.



Seminário Nacional Mulheres e Megaprojetos, em Cabo de Santo Agostinho (PE).



IV Encontro de Experiências de Agricultura e Saúde na Cidade (EEASC), no Rio de Janeiro (RJ), ocasião em que também comemorou-se os 15 anos da Rede Carioca de Agricultura Urbana (CAU).



Lançamento da campanha Rio Capital do Caô Climático, no Cristo Redentor, no Rio de Janeiro (RJ).



Ato em frente a sede do ING Group, em Amsterdam, na Holanda, em agenda da Fair Steel Coalition.



Oficina no Centro de Integração na Serra da Misericórdia (CEM), no Rio de Janeiro (RJ).

1.3 QUEM SOMOS

Somos uma equipe multidisciplinar de maioria de mulheres, formada por educadoras (es) populares, comunicadoras(es), cientistas sociais, internacionalistas, biólogas(os), psicólogas(os), economistas, geógrafas(os), pesquisadoras(es), administradoras(es) e militantes. Junto às coletividades auto-organizadas e outras parceiras, partimos, desde os territórios, do debate crítico ao modelo de desenvolvimento capitalista, racista e patriarcal, na direção do fortalecimento de alternativas de justiça econômica, social e ambiental.

Atuamos em diferentes escalas na cidade e no estado do Rio de Janeiro – em especial na Zona Oeste da capital –, e em parcerias em outras partes do país, sobretudo no Norte, Nordeste e Sudeste brasileiro e no âmbito da América Latina e do Sul Global. Destacamos aqui nosso trabalho, luta e compromisso junto às mulheres; moradores(as) de favelas e periferias; atingidos(as) pelos impactos dos megaprojetos, da atuação de empresas transnacionais, das instituições financeiras multilaterais e da militarização; às populações negra, indígena e quilombola e às comunidades tradicionais do campo, da floresta, das águas e da cidade.



Coordenadoras do Instituto Pacs, na cerimônia de entrega do prêmio “Mulheres que Inspiram”, que homenageou o Instituto, por sua contribuição às lutas das mulheres.

1.4 NOSSAS PRÁTICAS POLÍTICO-PEDAGÓGICAS

Colaboramos no fortalecimento dos sujeitos sociais nas dimensões local, nacional e internacional, por meio da educação e organização popular, da pesquisa, da assessoria a coletivos, movimentos e organizações, da crítica e da incidência. Buscamos a construção cotidiana de práticas e políticas alternativas que viabilizem relações emancipadoras. A ação do Instituto PACS consiste em oferecer apoio no processo de organização autônoma dos atores sociais para que estes se tornem sujeitos plenos, emancipados, conscientes e soberanos frente ao desenvolvimento de si mesmos e de seus territórios.

Nossa prática pedagógica se constrói a partir dos princípios da Educação Popular e da Economia do Amor, dialogados e reinventados ao longo dos anos de lutas políticas e metodológicas protagonizadas por mulheres, negras e negros, comunidades tradicionais, militantes populares, movimentos sociais, sindicatos, redes e organizações parceiras. Assim, ela é fruto de processos que incorporam diversas práticas cotidianas de resistência, reflexões políticas insurgentes, espiritualidades, artes e o que mais emerge dos territórios de resistência e vida do Brasil, América Latina e do Sul Global.

Este acúmulo vem da práxis das educadoras populares a partir da Economia Feminista, de pesquisadores(as) e educadores(as) críticos ao modelo hegemônico, dos pés na terra dos territórios de agroecologia, dos chãos dos pré vestibulares populares, dos quintais cultivados e das associações de moradores, das fábricas e sindicatos, dentre outros espaços. Construímos, assim, uma educação popular que é potente à medida que se nutre da diversidade de vozes, corpos e práticas políticas.

Dessa forma, o PACS caminha firme para não distanciar reflexões e práticas políticas,

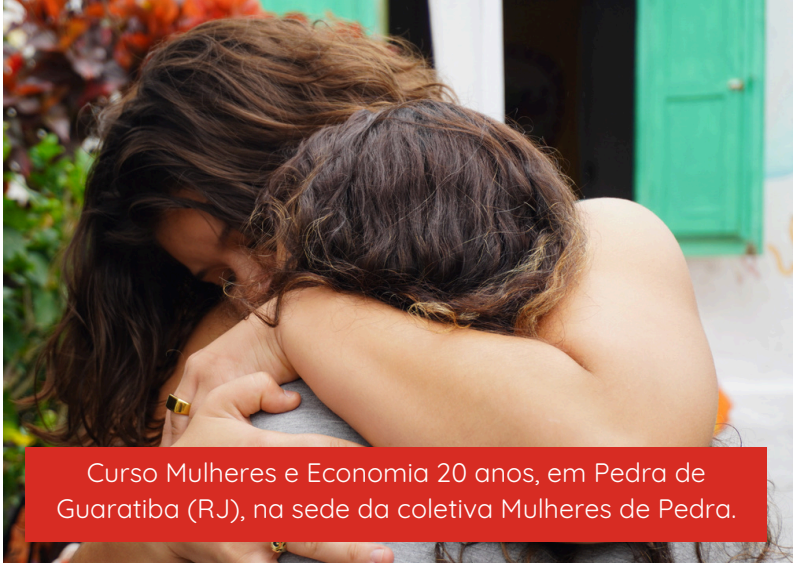
a fim de trazer organicamente a coletividade, a coerência, a crítica, o trabalho como princípios formativos, a escuta, o (auto)cuidado, a participação popular, a construção coletiva de conhecimento, as histórias de vida e memórias, os diálogos de saberes, a autogestão, os feminismos enquanto métodos de luta, e tantos outros caminhos que buscam a justiça, a igualdade, o bem viver e a luta pelo que é comum, de todos, em uma relação indissociável entre os direitos dos povos e os direitos da natureza. Tudo isso amparado em relações baseadas no afeto e na construção de confiança, por meio de laços de companheirismo, parceria e amizade.

Para entender melhor sobre nossas práticas, acesse:

- As publicações sobre o Curso "Mulheres e Economia", com destaque para o vídeo **"Mulheres e o Mundo do Trabalho"**;
- A série "Semeando Socioeconomia" – com destaque para o número 12: **"Economia política nas mãos das mulheres: uma experiência de educação popular"**;
- O livro **"Educação para uma Economia do Amor"**;
- A Cartografia Feminista do processo Militância Investigativa (Militiva): **"Enfrentamento aos Racismos pelos Olhares das Mulheres"**;
- A edição do Massa Crítica: **"A terra ensina a gente a se defender e a vida insiste em viver"**;
- A edição do Massa Crítica: **"Das verdades únicas às pontes inter religiosas: considerações sobre os fundamentalismos, o racismo e as resistências no Brasil"**.
- A publicação: **"Rotas do Minério de Ferro: impactos, violações de direitos e resistências populares"**, construída pelo PACS em parceria com o grupo PoEMAS;
- A publicação **"Teias de Luta: Narrativas feministas em resistência aos megaprojetos"**.
- A série de vídeos **"Afinal, o Feminismo é Contra o Quê?"**, da campanha "Mulheres Territórios de Luta".



Mutirão para criação de horta apoiada pelo PACS, na sede da ONG Todas Para o Mar, em Ipojuca (PE).



Curso Mulheres e Economia 20 anos, em Pedra de Guaratiba (RJ), na sede da coletiva Mulheres de Pedra.



IV Encontro de Experiências de Agricultura e Saúde na Cidade (EEASC), no Rio de Janeiro (RJ), ocasião em que também comemorou-se os 15 anos da Rede Carioca de Agricultura Urbana (CAU).



Agenda da Articulação Internacional dos Atingidos e Atingidas pela Vale (AIAAV) em Brasília.



Lançamento do documentário “Territórios de Fé”, em Salvador (BA).



Intercâmbio em Moçambique.

1.5 COMO ATUAMOS

MISSÃO

Colaborar no fortalecimento das coletividades nas dimensões local, nacional e internacional, por meio da organização e Educação Popular, da pesquisa, da crítica e da incidência, na busca pela construção cotidiana de práticas e estratégias políticas que viabilizem relações emancipadoras.

VISÃO

Um mundo de justiça social, ambiental e política, onde trabalhadoras e trabalhadores, indivíduos e coletividades, livres das amarras das opressões, sejam capazes de enfrentar e superar as ameaças socioeconômicas e ambientais, bem como garantir, com seu trabalho emancipado, de forma solidária e autogestionária, o desenvolvimento dos seus atributos criativos.

OBJETIVO GERAL

Fortalecer processos e ações por justiça econômica, social e ambiental através de uma perspectiva latino-americana e incidir de forma crítica no debate público acerca do modelo de desenvolvimento capitalista, racista e patriarcal, desde os territórios e da luta das mulheres.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Fortalecer movimentos, redes, organizações, coletivos e grupos populares, principalmente da Zona Oeste do município do Rio de Janeiro, fortalecidos em seu compromisso com a radicalização da democracia econômica, política e social e com a construção de políticas e ações coletivas, que visem superar o modelo de desenvolvimento capitalista, racista e patriarcal;

2. Fomentar nrrativas críticas ao modelo de desenvolvimento capitalista, racista e patriarcal, em consonância com os campos de atuação e articulação do Instituto PACS;

3. Estimular grupos de mulheres fortalecidos, sobretudo em sua autonomia, organização e luta por direitos, para a incidência sobre centros de poder relacionados, principalmente, às temáticas dos conflitos socioambientais, agroecologia, da militarização da vida e da economia política feminista;

4. Estabelecer o Instituto PACS como uma referência no debate público em escala nacional e latino-americana, sobretudo acerca da crítica ao modelo de desenvolvimento capitalista, racista e patriarcal e das estratégias políticas, a partir dos saberes e práticas territoriais;

5. Impulsionar iniciativas e denúncias produzidas e visibilizadas junto aos territórios atingidos por megaprojetos e empresas nacionais e transnacionais, fortalecendo movimentos de luta por justiça socioambiental, principalmente em áreas impactadas pela cadeia minero-siderúrgica;

6. Fortalecer coletividades no debate e na luta pelo direito à moradia, terra e território, desde práticas populares insurgentes e tradicionais;

7. Promover iniciativas econômicas coletivas fortalecidas na luta pela defesa dos territórios, da soberania e segurança alimentar e nutricional, bem como da autonomia dos grupos, redes e organizações populares.

CONTEXTO DA ATUAÇÃO EM 2024

2. CONTEXTO DA ATUAÇÃO EM 2024

Desde 2023, mesmo com grandes retrocessos vindos do período anterior, a perspectiva do governo federal, agora após dois anos do início do governo Lula, segue contemplando a retomada de importantes políticas públicas. Destacamos algumas que enfatizam os povos e comunidades tradicionais, a agricultura familiar e as mulheres: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); o aumento do crédito para a agricultura familiar; a intensificação do combate ao garimpo ilegal; o Plano Integrado de Combate à Violência contra Mulheres; as ações de incentivo à autonomia econômica de mulheres; a Política Nacional de Cuidados; entre outras.

Mesmo com alguns avanços, em campos como o dos direitos trabalhistas, o governo não tem cumprido o devido rompimento com políticas de destruição aprovadas nos governos anteriores. Outra atuação muito aquém das expectativas para o atual governo é o necessário avanço no combate à destruição dos bens naturais. Mesmo com pequenos passos dados, a destruição pelo agronegócio, pela mineração, pela indústria energética, entre outros setores, segue em curso – o que se torna ainda mais trágico quando consideramos o agravamento da crise climática e a escassez de ações de proteção às populações mais vulneráveis.

As chuvas por todo o país têm aumentado a incidência de tragédias e escancarado a escassez de medidas de enfrentamento à crise climática e de mitigação dos danos às populações vulnerabilizadas. Em Pernambuco, a organização parceira Rede Tumulto, denuncia constantemente o descaso com os desastres acarretados pelas chuvas, além de apoiar intensamente as comunidades afetadas. Com muito pesar, destacamos também a tragédia no Rio Grande do Sul. Em maio de 2024, com consequências que seguem no cotidiano das moradoras e moradores até os dias atuais, o estado do Rio Grande do Sul passou por uma das maiores tragédias em de-

-corrência das fortes chuvas, da devastação ambiental que vivemos e do descaso do poder público com as mudanças climáticas. Pelos dados oficiais da Defesa Civil, de 05/06/2024, cerca de 476 municípios foram atingidos, deixando 35.103 pessoas em abrigos e 575.171 desalojadas. No total, 2.392.686 pessoas foram atingidas – sendo 806 feridas, 44 desaparecidas e 173 mortas. Mais de sete meses após as intensas chuvas, a população enfrenta questões de saúde mental e física, dificuldades econômicas e o medo a qualquer sinal de chuva, além de muitos outros impactos persistentes da tragédia.

Como nos anos anteriores, o combate à violência contra defensores de direitos humanos e ambientais segue como um dos principais desafios. Em janeiro de 2024, durante uma retomada indígena, Fátima de Muniz Andrade, conhecida como Nega Pataxó, liderança dos Pataxó Hã Hã Hãe, foi morta a tiros por fazendeiros. É um exemplo de uma série de violências no campo, com destaque para o assassinato de pessoas indígenas nesse período. Vale destacar que o Marco Temporal segue em debate no congresso, com forte investida para que seja aceita a tese.

Destacamos novamente uma dimensão que requer ainda muito esforço no enfrentamento: a continuidade e intensificação de ataques de grupos fundamentalistas. Tais ações, provocadas pelo racismo religioso e pelos fundamentalismos geram, sobretudo, impactos na vida de lideranças religiosas e de territórios sagrados de religiões de matrizes africanas e de religiosidades indígenas. Isso ocorre porque no país o componente racial é determinante para o processo de violências contra pessoas e grupos religiosos, não sendo possível abordar o fundamentalismo sem destacar o racismo religioso. São muitos os casos de destruição de terreiros de candomblé e de umbanda, assim como de violências contra praticantes de religiões de matriz africana e indígena. Citamos no relatório anterior, e retomamos aqui, mesmo com a ocorrência em 2023, o caso do assassinato de Mãe Bernadete, Ialorixá, ativista e líder quilombola.

Como sinalizamos no relato anterior, apenas a existência dos ventos favoráveis é insuficiente se não são atendidas as demandas mais urgentes por avanços da reparação, da luta por justiça socioeconômica e pela própria segurança da vida das defensoras e dos defensores de direitos e dos que lutam pela dignidade no modo de viver em seus territórios.

Frente aos desafios do contexto, as coletividades e movimentos sociais seguem em luta por seus territórios e direitos. Reforçamos que, ao longo de 2024, foram realizadas dezenas de ações do Plano Popular Alternativo ao Desenvolvimento (PPAD), que buscam avançar na defesa da vida nos territórios. Um dos destaques é a Caravana Contra os Racismos Religiosos, que segue em ampliação, com novas parcerias e ações cada vez mais articuladas entre os grupos que participam nesse processo. Além disso, foi consolidada a Rede Nacional de Mulheres Guardiãs de Territórios Ameaçados e Atingidos por Megaprojetos, uma articulação importante nas lutas de mulheres em defesa de seus territórios.

O PACS segue sua atuação, com foco nas análises e estratégias construídas coletivamente no combate à insegurança alimentar, a partir da construção da agroecologia e agricultura urbana; na formação em economia política feminista e apoio à auto-organização de mulheres periféricas e negras, em sua maioria; na crítica e resistência territorial aos megaprojetos de desenvolvimento, suas estruturas corporativas violadoras de direitos e os impactos socioambientais, somada a ênfase sobre a estrutura patriarcal e racista desses grandes empreendimentos; no apoio à autogestão e às alternativas territoriais no âmbito da luta por moradia, cultura popular e o bem viver; no trabalho direcionado a dar visibilidade e fortalecer as resistências coletivas aos fundamentalismos religiosos e aos impactos na vida das mulheres; e na perspectiva do fortalecimento das democracias no Brasil e na América Latina, a partir do debate da economia política, justiça socioambiental e direito à vida.

EIXOS DE TRABALHO

3. EIXOS DE TRABALHO

3.1 CRÍTICAS E ALTERNATIVAS AO ATUAL MODELO DE DESENVOLVIMENTO

A crítica às arquiteturas financeiras globais e à forma como se organizam as instituições que dão sustentação ao capitalismo é uma marca do trabalho do Instituto PACS desde a sua fundação, há mais de 30 anos. Nesse âmbito, nos dedicamos ao monitoramento, análise e atuação política em torno dos tratados, acordos comerciais e conformações legais do mercado, os quais, na prática, resultam no aprofundamento do fenômeno da financeirização dos bens comuns e da vida. No campo das alternativas, temos encontrado em experiências latino-americanas, populares, solidárias, antipatriarcais e antirracistas, bases concretas para nossa crítica às corporações transnacionais e aos governos, sobretudo, aqueles diretamente responsáveis pelos chamados megaprojetos de "desenvolvimento" (que envolvem empresas extrativistas, grandes obras de infraestrutura, megaeventos esportivos, agronegócio entre outros).

As principais ações desta linha programática consistem em rastrear e denunciar vínculos entre megaprojetos, corporações e Estados. A partir do estabelecimento de tais conexões, procuramos trabalhar em processos de formação e ação política, apoiando e/ou integrando organizações de territórios a redes locais, nacionais e internacionais, junto à atingidas e atingidos pelos megaempreendimentos, com vistas a potencializar a capacidade de pressão política de grupos populares sobre as companhias, seus respectivos investidores e governos implicados.

Sendo assim, este eixo de trabalho possui, então, quatro temas prioritários:

1) Empresas transnacionais, impactos socioambientais e relações com o Estado;

2) Megaprojetos de desenvolvimento, patriarcado, racismo ambiental e impactos sobre os territórios;

3) Concentração de Riqueza, integração regional e Economia política internacional; e
4) Dívida.

Sobre esse eixo de trabalho, indicamos que acesse:

- as páginas na internet da **Rede Jubileu Sul Brasil e Américas**, rede da qual o PACS é membro fundador, além da **Articulação Internacional dos Atingidos e Atingidas pela Vale**;
- as páginas informativas sobre a **Campanha #PareTernium, "Violações na Siderurgia"** e, **"Empresas e Direitos Humanos"**, além de todas as publicações em nossa **Biblioteca Berta Cáceres**, referentes às categorias "Dívida", "Economia" e à Ternium Brasil, antiga ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico – TKCSA, bem como aquelas que fazem parte da série "Semeando Socioeconomia".

3.2 MULHERES, ECONOMIA E LUTA PELO COMUM

Produzimos e analisamos experiências a partir das reflexões da Economia Política Feminista, isto é, partindo da crítica às relações entre economia, poder político e patriarcado. As iniciativas deste eixo são inspiradas pelo feminismo comunitário, cujo projeto se centra na conquista de direitos coletivos e no Bem Viver, tendo o território como balizador de identidade e memória comuns.

Comprometida com a criação de alternativas ao modelo hegemônico de desenvolvimento – machista, racista e capitalista –, esta linha programática é responsável por promover formações, dar apoio às agendas de luta das mulheres, prestar assessoria às experiências agroecológicas solidárias em meio urbano, cons-

-truir processos cartográficos que evidenciem as relações de poder e opressões vividas, além de apoio à mobilização e auto-organização política local.

Sendo assim, este eixo de trabalho possui os seguintes temas prioritários:

1) Feminismo Comunitário, Bem Viver e Bens Comuns;

2) Megaprojetos, impactos socioambientais e patriarcado;

3) Agroecologia e Soberania Alimentar;

4) Economia Solidária e Feminista; e

5) Corpos-territórios.

O eixo "Mulheres, Economia e Luta pelo Comum" é, portanto, o reflexo programático da necessidade permanente que o Instituto PACS possui de orientar a sua atuação pela perspectiva das mulheres com forte vínculo territorial e comunitário, na luta pelo comum e a defesa do bem viver.

Sobre esse eixo de trabalho, indicamos que acesse:

- todos os materiais referentes ao **Curso "Mulheres e Economia";**
- as páginas da **Articulação Nacional e Estadual de Agroecologia;**
- a página da **"Militiva";**
- a série **"Semeando Socioeconomia";**
- e todas as publicações referentes às categorias **"Educação Popular" e "Mulheres"** na **Biblioteca do PACS Berta Cáceres**.

3.3 FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

Considerando os desafios históricos de manutenção do trabalho continuado para a atuação de sujeitos políticos frente às desigualdades e em prol de uma sociedade

mais justa e solidária, o fortalecimento institucional constitui-se uma tarefa permanente, tornada, assim, um eixo de trabalho. As iniciativas a ele vinculadas visam garantir condições para a construção de relações institucionais que prezam pela ampliação da autonomia e manutenção dos princípios políticos da organização.

São três os principais temas desta linha programática:

1) Gestão compartilhada;
2) Sustentabilidade e autonomia administrativo-financeira; e
3) Comunicação e Educação Popular.

Como princípio de fortalecimento institucional, o PACS tem a construção de relações horizontalizadas, com protagonismo feminino e partilha de poder. Enfrenta, a partir de tais bases, o desafio de garantir sua sustentabilidade, bem como autonomia financeira e política, diversificando fontes de financiamento e solidariedade, de modo a assegurar a continuidade do trabalho do instituto e das redes nas quais participa.

Sobre esse eixo de trabalho, indicamos que acesse:

- a página **PACS 30 anos;**
- a publicação **"Instituto PACS – 30 anos de construção de críticas e alternativas junto aos povos";**
- o nosso **vídeo institucional**; e
- todos os materiais da **Biblioteca Berta Cáceres** sob a categoria **"Marcos Arruda"** – também recomendarmos navegar profundamente por todas as páginas deste site.



Curso Mulheres e Economia 20 anos, no Rio de Janeiro (RJ).



Marcha pelo Clima, no Rio de Janeiro (RJ).



Audiência Pública “Crise Climática e Saúde na Zona Oeste", na Câmara Municipal do Rio de Janeiro (RJ).



I Encontro Nacional da Caravana Contra os Racismos Religiosos, em Belo Horizonte (MG).



Assembleia de sócios do PACS.



Monitoramento anual do PACS.

ATIVIDADES PERMANENTES

4. ATIVIDADES PERMANENTES

PARTICIPAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE ARTICULAÇÕES E REDES

- AARJ - Articulação de Agroecologia do Estado do Rio de Janeiro;

- GT Mulheres da AARJ - Articulação de Agroecologia do Estado do Rio de Janeiro;

- GT Mulheres da ANA - Articulação Nacional de Agroecologia;

- Rede Carioca de Agricultura Urbana (Rede CAU);

- Roda de Mulheres da Rede CAU - Rede Carioca de Agricultura Urbana;

- Coletiva Popular de Mulheres da Zona Oeste e Teia de Solidariedade da Zona Oeste;

- Coletivo Martha Trindade e Coletivo de Moradores de Santa Cruz Atingidos pela Ternium Brasil;

- Articulação Internacional dos Atingidos e das Atingidas pela Vale (AIAAV);

- Fórum de Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental;

- Rede Jubileu Sul Brasil e Jubileu Sul Américas;

- GT Corporações/ Campanha pelo Desmantelamento do poder Corporativo;

- Coletivo Autogestão do Plano Popular Alternativo ao Desenvolvimento;

- Articulação nacional e latino-americana mulheres atingidas por megaprojetos;

- Articulação da Caravana Contra os Racismos Religiosos;

- Articulação de Mulheres do Brasil, Angola e Moçambique;

- Coalizão Global pelo Aço Justo (Fair Steel Coalition).

INCIDÊNCIA POLÍTICA

- Incidência no campo da Soberania Alimentar, Agricultura Urbana e Agroecologia;

- Grupo Feministas de Lima - Gênero e Fundamentalismos;

- Acompanhamento Jurídico dos impactos socioambientais da Ternium Brasil (antiga TKCSA) em Santa Cruz;

- Articulação com Mandatos municipais, estaduais e federais;

- Incidência no campo dos Megaprojetos, Vale S.A e Impactos diferenciados na vida das mulheres.

FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

- Gestão interna;

- Manutenção e Captação de Recursos;

- Diálogo com as agências financiadoras;

- Comunicação.



Encontro do GT Mulheres da AARJ, em Magé (RJ).



Visita ao Sítio Agatha, associação de Tracunhaém (PE), que compõe o PPAD.



I Encontro Nacional da Caravana Contra os Racismos Religiosos, em Belo Horizonte (MG).



Ação da campanha Rio Capital do Caô Climático na Marcha pelo Clima, no Rio de Janeiro (RJ).



Formação sobre clima e vigilância popular em saúde, no Rio de Janeiro (RJ).



Atividade de planejamento da coletiva Cabras, que contou com o apoio do PACS.

4.1 ARTICULAÇÕES, PARCERIAS E REDES

As redes e articulações que o Instituto PACS soma forças, assim como as parcerias com organizações territoriais, refletem suas formas de atuação e seus acúmulos históricos em seus respectivos campos de trabalho. Refletem também como se dá esse trabalho, em diferentes escalas (micro-meso-macro), desde o trabalho territorial aos movimentos internacionais, principalmente, latino-americanos.

Ao longo de 2024, destacamos as construções e articulações nos espaços a seguir:

AARJ - Articulação de Agroecologia do Estado do Rio de Janeiro

A Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro reúne movimentos, redes e organizações engajadas em diferentes ações de promoção da Agroecologia e de fortalecimento da produção familiar e camponesa no estado do Rio de Janeiro. Constituindo-se como uma rede da sociedade civil de abrangência estadual, a AARJ vem debatendo sistematicamente questões relacionadas ao desenvolvimento da agricultura familiar e camponesa e à construção de alternativas sustentáveis de manejo dos recursos naturais, articulando iniciativas inovadoras da sociedade civil à construção de propostas de políticas públicas adaptadas às características ecológicas, econômicas e sociais da produção familiar nas diferentes regiões do estado fluminense. A AARJ viabiliza estes debates por meio de encontros e reuniões sistemáticas entre representantes das articulações regionais existentes no estado do Rio de Janeiro.

GT Mulheres da AARJ

O GT Mulheres foi fundado em 2013 no Encontro Estadual de Agroecologia, com objetivo de ser um espaço de diálogo, fortalecimento e visibilidade do trabalho das mulheres no cenário da Agroecologia e agricultura urbana no Estado do Rio de Janeiro. Conta com a participação de mais de 60 mulheres: agricultoras, técnicas, culinaristas, artesãs, universitárias, sindicalistas, professoras, entre outras.

GT Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)

O GT Mulheres da ANA foi fundado em 2008 em ocasião do II Encontro nacional de Agroecologia, com o intuito de ser um espaço nacional de mulheres agricultoras, quilombolas, ribeirinhas, pescadoras, assentadas da reforma agrária, indígenas em torno do tema da agroecologia como uma aposta contra hegemônica de disputa de sociedade, sobretudo a partir do trabalho das mulheres. O GT se reúne regularmente e hoje está debruçado sobre a construção de um instrumento metodológico de controle de produção e viabilidade econômica, chamado Caderneta Agroecológica, cujo principal objetivo é visibilizar o trabalho das mulheres na Agroecologia, bem como o trabalho reprodutivo.

Rede Carioca de Agricultura Urbana (Rede CAU) e Roda de Mulheres da Rede CAU

A Rede CAU é um movimento social que agrega pessoas e organizações para a defesa da agroecologia na cidade. Atua junto aos quintais produtivos e lavouras, defende o consumo ético e responsável e o acesso a políticas públicas específicas para pequenos produtores. Em seu coletivo atuam representantes de diversas organizações populares, instituições de pesquisa e ensino, bem como organizações não governamentais. A Rede CAU é vinculada à Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ), ao Coletivo Nacional de Agricultura Urbana, e à Articulação Nacional de Agroecologia (ANA).

Coletiva Popular de Mulheres da Zona Oeste e Teia de Solidariedade da Zona Oeste

A Coletiva Popular de Mulheres da Zona Oeste junta mulheres e organizações locais em torno da luta anticapitalista, antirracista e antipatriarcal. A partir da experiência de auto-organização do Comitê Popular de Mulheres do estado do Rio de Janeiro, a Coletiva da ZO vem, desde 2014, realizando uma série de intervenções locais: trabalhando a formação feminista nos debates e ações de rua, na luta pelos direitos

a saúde, educação, moradia na Zona Oeste. Incidindo sobre as políticas públicas de saúde, no combate à violência contra as mulheres, entre outras. A Teia de Solidariedade Zona Oeste é uma articulação política que surgiu desde a organização da Coletiva Popular e se ampliou, no contexto da Pandemia. A Teia é composta por Coletivas, Coletivos e Instituições, gestada e gerida por mulheres pretas e periféricas. Visa diminuir a vulnerabilidade das famílias impactadas pela pandemia através da ação emergencial em saúde articulada à luta pela assistência social, a moradia popular e a soberania alimentar como direitos. Atua nos bairros de Campo Grande, Bangu, Santa Cruz, Sepetiba, Pedra de Guaratiba, Vargens, Quilombo do Camorim, Recreio e Jacarepaguá.

Coletivo Martha Trindade e Coletivo de Moradores de Santa Cruz Atingidos pela Ternium Brasil

O Coletivo Martha Trindade surge do grupo de vigilância popular em saúde em Santa Cruz, composto por jovens que realizaram medições de material particulado no ar nos arredores da siderúrgica – Ternium Brasil - antiga TKCSA. O nome homenageia Dona Martha, liderança do bairro e uma das primeiras moradoras que denunciaram a empresa. Hoje o coletivo atua na mobilização comunitária, sobretudo pela defesa dos direitos socioambientais junto aos seus vizinhos, frente aos impactos da siderurgia na região. O Coletivo de Moradores de Santa Cruz Atingido pela Ternium Brasil reúne pescadores, trabalhadores informais, mulheres chefes de família, jovens, aposentados, dentre outros indivíduos, atingidos e atingidas pela maior siderúrgica da América Latina Ternium Brasil -, que se unem nas denúncias e lutas por reparação em relação aos impactos vivenciados cotidianamente no bairro periférico de Santa Cruz, Rio de Janeiro.

Articulação Internacional dos Atingidos e das Atingidas pela Vale (AIAAV)

Formada por vítimas de danos socioambientais cometidos pela Vale S.A, defensores(as) de direitos humanos, organizações da sociedade civil e movimentos

sociais, a Articulação tem lutado contra as violações de direitos e os impactos socioambientais cometidos pela Vale S.A em diversos estados do Brasil e países do mundo.

Fórum de Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental

O Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental – FMCJS – é uma articulação de Entidades, Pastorais e Movimentos Sociais que atuam em rede para gerar consciência crítica e enfrentamento em relação aos impactos sociais e ambientais das mudanças climáticas. Atua em âmbito nacional e se faz presente nos biomas e territórios por meio das entidades membros e de outras entidades parceiras, promovendo a convivência com cada bioma e ecossistema por meio de práticas que anunciam e vão construindo sociedades de Bem Viver.

Rede Jubileu Sul Brasil e Jubileu Sul Américas

O Instituto PACS é um dos fundadores da rede a nível nacional e latino-americano que se constitui de forma ampla e plural, composta por movimentos sociais, organizações populares, religiosas, políticas e comunitárias na América Latina e Caribe, África, Ásia e o Pacífico. A iniciativa trabalha no desenvolvimento de um movimento global pelo cancelamento e repúdio às dívidas externas e internas, e exigindo a reparação e restituição do imenso dano que provoca aos países endividados e ao desenvolvimento humano, social, ambiental, político e econômico deles.

GT Corporações/Campanha Global para Desmantelar o Poder Corporativo

GT Corporações é um grupo de trabalho criado pelo Ministério Público Federal, que congrega organizações não-governamentais, sindicatos, universidades e outros especialistas nos temas relacionados a Empresas e Direitos Humanos. A Campanha Mundial visa denunciar e desfazer as impunidades relacionadas às ações das empresas transnacionais, formada por centenas de redes e movimentos sociais ao redor do mundo.

Coletivo Autogestão do Plano Popular Alternativo ao Desenvolvimento (PPAD)

Formado por 31 grupos auto organizados, movimentos sociais e coletivos de 7 estados brasileiros que se reúnem há 9 anos para construção do Plano Popular Alternativo ao Desenvolvimento (PPAD), que é um instrumento que visa potencializar, subsidiar, visibilizar e articular alternativas populares e territoriais já existentes. Tais alternativas pautam, de baixo para cima, práticas e visões de mundo desde os seus territórios, arraigadas nas potencialidades de suas formas de vida, relações sociais, econômicas, políticas e culturais.

Articulação nacional e latino-americana mulheres atingidas por megaprojetos

Desde 2018, o PACS tem atuado na construção de uma articulação nacional, em diálogo com outras organizações e redes latino-americanas, de mulheres que participam de organizações e territórios atingidos por megaprojetos. Nossa perspectiva de megaprojetos é ampla, falamos de empresas mineradoras, siderúrgicas, hidrelétricas, complexos industriais e portuários, o agronegócio, a militarização, especulação imobiliária e outras práticas empresariais e estatais altamente expropriadoras e exploradoras de corpos e territórios. Megaprojetos que colocam a vida atrás dos lucros, em situações em que as formas tradicionais de viver são apagadas pela ânsia da produção de mercadorias. Unimos mulheres do Rio de Janeiro, Minas, Pará, Pernambuco, Maranhão, Ceará, Mato Grosso, dentre outros estados, e articulamos e dialogamos com outros países da América Latina. A Articulação segue em processo de construção e visa no futuro, se houver contexto, a consolidação de uma rede nacional. Para apoiar na produção de materiais e divulgação dos impactos e das práticas de vida e resistência nos territórios construímos a campanha Mulheres Territórios de Luta.

Articulação da Caravana Contra os Racismos Religiosos

A Caravana Contra os Racismos Religiosos é uma ação coletiva, proposta pelo Instituto PACS, que busca percorrer Territórios de Fé em nosso país, de diversas religiões e religiosidades, com o objetivo de promover encontros e trocas, no sentido do combate às diferentes formas pelas quais se expressa o Racismo Religioso. A Caravana, neste momento, abrange 4 estados: Bahia (BA), Minas Gerais (MG), Rio de Janeiro (RJ) e Pernambuco (PE). Nesses estados, estamos em rede com organizações, movimentos sociais e coletividades religiosas de matrizes africanas, indígenas, ciganas e cristãs. Nosso objetivo central é criar esse espaço circular em que possamos construir um mundo em que a nossa fé se encontre na luta contra as inúmeras violências pelas quais passamos. Que as nossas fés não se anulem nem se destruam. Que a perspectiva racista sobre as crenças de cada pessoa ou grupo seja combatida e não nos impeça de respeitar e saudar a diversidade religiosa.

Articulação de Mulheres do Brasil, Angola e Moçambique

Entre 22 de outubro e 8 de novembro de 2024, uma parceria entre o Instituto PACS, do Brasil, o Grupo de Mulheres de Partilha de Ideias de Sofala (GMPIS), de Moçambique, a organização Mwana Pwo, de Angola e a agência Pão Para o Mundo, da Alemanha, tornou possível um grande intercâmbio entre esses e outros grupos em Moçambique, durante a realização do “Acampamento Solidário de Intercâmbio Mulheres do Brasil, Angola e Moçambique construindo pontes na luta por direitos das mulheres”, organizado pelo GMPIS. O intercâmbio tem raízes em outros dois momentos: o Encontro Panafricano de Consulta sobre Gênero, realizado em Togo, em 2022, e o II Encontro de PPM e Copartes Latinoamericanas Sobre Estratégias Para a Igualdade de Gênero no Enfrentamento aos Fundamentalismos e em Defesa da Democracia, realizado em Pernambuco, no Brasil, em 2023. Dessas trocas, surge o sonho e a proposta de realização do intercâmbio em Moçambique com participação das delegações do Brasil e de Angola, cada uma com 4 mulheres. E, dessa forma, seguimos construindo essa articulação como uma importante rede de intercâmbios.

4.2 INCIDÊNCIA POLÍTICA

Ao longo de 2024, no campo da incidência política, teve destaque o tema das pessoas e comunidades atingidas por megaprojetos e pela emergência climática. No mês de abril, a coordenadora de projetos do PACS, Ana Luisa Queiroz, e a integrante do Coletivo Martha Trindade, Aline Marins, estiveram em agenda internacional de incidência da Coalizão pelo Aço Justo, sobre os impactos da indústria do aço, junto com outros ativistas e defensores de direitos da Libéria, México e África do Sul. Em incursão pela Europa, elas realizaram denúncias e exigiram a responsabilização de empresas como ArcelorMittal e Ternium, duas gigantes do setor. Foram realizadas reuniões junto a bancos financiadores do setor, deputados e ministérios em Luxemburgo, Holanda, França e Bélgica.

Destacamos dois momentos. Um em que a coordenadora de projetos do PACS, Ana Luisa Queiroz, fez uma intervenção na reunião anual de acionistas do banco holandês ING, questionando o financiamento da instituição a empresas como a Ternium Brasil, que há anos vem prejudicando a vida de moradores do bairro de Santa Cruz, na Zona Oeste do Rio de Janeiro. E outro em que Aline Marins, do Coletivo Martha Trindade, participou de um debate sobre políticas de mitigação e emergência climática, reforçando as denúncias e compartilhando sua experiência enquanto moradora de Santa Cruz e jovem ativista.

Como continuidade estratégica das ações de visibilidade dos impactos diferenciados de megaprojetos sobre a vida das mulheres e de engajamento em ações de prevenção e reparação integral, o Instituto PACS submeteu um relatório sombra e esteve presente durante o período de revisão do Comitê CEDAW, em sua 88ª sessão, na Organização das Nações Unidas (ONU). Destacamos que perguntas realizadas pelas membras do Comitê coincidiram com as provocações enviadas no relatório,

como o questionamento do Estado brasileiro sobre as medidas de identificação dos impactos, sobretudo nos setores de infraestrutura e energia, e a responsabilização dos atores corporativos.

Dentre as agendas, o Instituto esteve presente em reunião junto à Ministra Cida Gonçalves e a comitiva do Estado brasileiro, em convocatória feita às organizações e movimentos presentes para apresentação de questões relacionadas ao relatório. O trabalho do PACS neste espaço faz parte de uma estratégia de engajamento de atores e atrizes tomadores de decisão em ações de reconhecimento do poder corporativo como agente violador dos direitos das mulheres.

No mês de agosto ocorreu uma audiência pública, no Rio de Janeiro, que buscou debater as condições de poluição e saúde na zona oeste, particularmente das/os moradores de Santa Cruz, a partir da instalação da siderúrgica Ternium, antiga TKCSA, que produziu uma série de impactos no local. A audiência foi um momento muito importante para as articulações locais e começou com uma homenagem ao companheiro Ivo Siqueira, pescador de Pedra de Guaratiba (RJ) que faleceu em maio de 2024, deixando um legado de luta em defesa dos pescadores e da Baía de Sepetiba.

Destacamos ainda a campanha Rio Capital do Caô Climático, lançada em setembro, com ações nas redes sociais e um ato no Cristo Redentor do Rio de Janeiro. A campanha denuncia um caso grave de racismo ambiental e expõe que a política climática do Rio de Janeiro beneficia a maior poluidora da cidade, deixando a população e o planeta desprotegidos.

A Lei nº 5.248/2011, que institui a Política Municipal de Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Sustentável, cria metas para reduzir a emissão de gases de efeito estufa (GEE) no município, mas estabelece, em seu Artigo 6º, que serão contabiliza-

-das em separado, observando metas diferentes, as emissões das empresas do Distrito Industrial de Santa Cruz – onde está a Ternium, a maior siderúrgica da América Latina. Sozinha, a empresa é responsável por mais da metade das emissões de GEE da cidade. Isso criou uma zona de exclusão climática na Zona Oeste do Rio de Janeiro – onde a população é majoritariamente negra e empobrecida.

O relatório “Air quality impacts of the Ternium Brasil Santa Cruz steel plant”, lançado pelo Centre for Research on Energy and Clean (CREA), estimou que entre 2010 e 2023 a poluição da siderúrgica tenha causado até 1.750 mortes em Santa Cruz. O relatório ainda revela que os gases e partículas despejados no ar pela empresa estão avançando sobre outros bairros e ultrapassam até as fronteiras estaduais, chegando ao litoral norte de São Paulo. Ou seja, os impactos da Ternium afetam mais diretamente a população de Santa Cruz, mas não se restringem a ela. De acordo com o relatório, o custo da poluição causada pela Ternium pode ultrapassar R$13,2 bilhões.

Quando o Rio de Janeiro foi anunciando como sede do encontro da cúpula do G20 em 2024, anúncios do “Rio Capital do G20” foram espalhados por quase toda a cidade. Neste contexto, a prefeitura passou a se colocar como exemplo de sustentabilidade e a repetir o mote do encontro: construir “um mundo justo e um planeta sustentável”. A campanha Rio Capital do Caô Climático denuncia que, na prática, o poder público age na contramão desse ideal.

Também constroem a campanha o Coletivo Martha Trindade, o Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental, o Fórum Popular da Natureza, a Coalizão pelo Clima, a Teia de Solidariedade da Zona Oeste e a Justiça Global. Dentre as ações realizadas pela campanha, estão aulas públicas e rodas de conversa, participação em manifestações e eventos, realização de intervenções artísticas urbanas e incidência política.

4.3 FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

Considerando os desafios históricos de manutenção do trabalho continuado para a atuação de sujeitos políticos frente às desigualdades, em prol de uma sociedade mais justa e solidária, o fortalecimento institucional constitui-se em tarefa permanente, transformada, assim, em eixo de trabalho. As iniciativas a ele vinculadas visam garantir condições para a construção de relações institucionais que prezem pela ampliação da autonomia da organização. Abaixo alguns destaques do nosso trabalho permanente de fortalecimento institucional.

- **Gestão Interna**

O PACS segue no caminho da consolidação de uma gestão financeira e contábil eficiente e eficaz, que permitam que a instituição tenha a estrutura necessária para atuar consistentemente na direção de seus objetivos e missões políticas

- **PMA – Planejamento, Monitoramento e Avaliação**

Os processos de planejamento, monitoramento e avaliação do Instituto PACS acontecem em três momentos do ano. São momentos de imersão de toda a equipe para alinhamento, formulação e revisão dos projetos, da gestão interna e das dinâmicas vividas naquele período. Assim, em 2024, foram realizadas as etapas de PMA e avaliação com todas as pessoas da equipe, com apoio de consultoria externa, além de processos de PMA específicos de cada eixo de trabalho.

- **Melhorias no espaço interno e benefícios para equipe**

No escritório, foram feitas mudanças estruturais (armários, estantes, mobiliário, equipamentos tecnológicos) para melhor organização, eficácia e aproveitamento do espaço disponível, bem como melhoria no processo de armazenamento de documentos. Destacamos o fortalecimento da equipe com a contratação pelas leis trabalhistas das colaboradoras que ainda não contavam com essa forma de contrato.

- **Gestão financeira e contábil**

Todos os trabalhos do PACS só podem se desenvolver a partir de uma gestão f inanceira e contábil eficiente, organizada e que dialogue com as práticas e princípios políticos da instituição. Assim, a gestão financeira e contábil se dá cotidianamente de maneira atenta, cuidadosa e adaptada à realidade de cada projeto e convênio, mas sem perder a visão do todo do PACS. No ano de 2024, em relação às melhorias no nosso setor financeiro, realçamos a implantação de um sistema financeiro e as formações e treinamentos da equipe.

- **Outras atividades institucionais realizadas em 2024**

- Reuniões semanais com toda a equipe;
- Reuniões semanais da Coordenação Geral e Coordenação de Projetos;
- Reuniões da equipe do administrativo-financeiro com apoio e participação da coordenação institucional;
- Reuniões com agências e parceiros;
- Núcleo de Formação Interna;
- Estratégias de captação e manutenção de recursos;
- Assembleia de Sócios;
- Produção de Relatórios Narrativos e Financeiros dos Convênios de Cooperação;
- Auditorias de projetos e institucional;
- Organização e logística de atividades;
- Cuidado com o espaço do escritório;
- Gestão de Equipe e acompanhamento dos planos de trabalho;
- Cruzamento entre áreas e sub-equipes para garantir uma boa dinâmica geral dos projetos e institucional;
- Processos seletivos pontuais e processuais para compor a equipe dos projetos e institucional.

4.4 COMUNICAÇÃO

Sendo área transversal do PACS, a Comunicação Institucional se integra ao conjunto de processos liderados pela equipe político-pedagógica, num fluxo de retroalimentação, informando-a e sendo informada por ela. Portanto, antes de ser um trabalho exclusivo de um setor, a comunicação é tarefa do conjunto da equipe. Isto se expressa na presença dos profissionais de mídia nos projetos e iniciativas, desde a concepção ou no apoio permanente oferecido por todas as áreas aos comunicadores, fornecendo-lhes conteúdos e referências para a construção de um relacionamento com a sociedade marcado pela transparência, independência e compromisso com o fortalecimento da luta popular. Em 2024, a equipe comunicação do PACS atuou diretamente nas atividades a seguir:

Publicações – conteúdos digitais, pesquisas e audiovisual

A produção de conteúdos críticos e o fomento a debates acerca dos diferentes temas de trabalho do Instituto PACS é uma característica histórica do trabalho da Organização. Materializando acúmulos nas diferentes frentes de atuação da instituição, as publicações físicas e digitais têm sido fundamentais nesta estratégia. A comunicação tem hoje o papel de revisar e editar os conteúdos de publicações; produzir o projeto gráfico e a diagramação de parte destes materiais; além de registrá-los e divulgá-los por todos os meios disponíveis. Esta cadeia de tarefas é toda executada de forma simultânea ao trabalho cotidiano. Todos os materiais e publicações do PACS estão disponíveis gratuitamente na Biblioteca Berta Cáceres ou em nossas redes sociais. Em 2024, o PACS produziu os seguintes materiais:

- Documentário "Territórios de Fé: Resistências aos Fundamentalismos";
- Série de vídeos "Afinal, o Feminismo é Contra o Quê?", da campanha "Mulheres Territórios de Luta";
- Série de vídeos da campanha "Essa Terra Tem Lei".

Produção de material gráfico

Assim como a edição de publicações, a produção de material gráfico é integralmente acompanhada pela Comunicação Institucional, com o trabalho de elaboração, supervisão e relacionamento com fornecedores. Alguns destaques são:

- Kits presenteáveis, para homenageadas do curso Mulheres e Economia 20 anos, com canecas, adesivos, poster e outros itens personalizados;
- Banner, bandeiras, cartazes do tipo "lambe lambe" e *souvenir* para a campanha "Rio Capital do Caô Climático";
- Camisas com as frases "Lute como uma agricultora urbana" e "Lute como uma mulher de terreiro".

Produção para o site institucional

O site institucional é, ao mesmo tempo, um instrumento de gestão da memória e um diário da atuação da organização. A página é uma parte importante da identidade do PACS. Ela reúne notícias, acervo bibliográfico e audiovisual, e informações diversas sobre as áreas de trabalho do instituto, além de se constituir em referência, no quesito produção de conhecimento e informação, tanto para um campo político específico, quanto para um conjunto maior de interessados nos temas em que a instituição incide politicamente.

O site contém notícias institucionais, prioritariamente; artigos de opinião de membros da equipe, de sócios colaboradores e parceiros; informações sobre as linhas programáticas, projetos e iniciativas; publicações; periódicos como o Massa Crítica; e conteúdo audiovisual. A administração da página é realizada integralmente pela equipe de comunicação. Em 2024, foram publicadas 12 notícias.

Alguns destaques são:

- Instituto Pacs lança documentário sobre racismo e intolerância religiosa;
- "Caderno para entender o G20" ajuda a compreender reunião das 20 maiores economias do mundo que acontece no Brasil em 2024;
- Organizações lançam conteúdos sobre campanha pela aprovação da Lei Marco Nacional sobre Direitos Humanos e Empresas;
- Intercâmbio do Coletivo Autogestão durante o IV Encontro de Mulheres da Teia dos Povos, no Assentamento Terra Vista – BA;
- Intercâmbios Brasil-Argentina: Instituto Pacs promove novos encontros para trocas de saberes entre mulheres agricultoras do campo e da cidade;
- Ivo Siqueira, presente!;
- Instituto Pacs promove edição de 20 anos do curso Mulheres e Economia.

Produção para redes sociais

As redes sociais do PACS priorizam o compartilhamento de conteúdo institucional e divulgam materiais de parceiras e parceiros. Eventos, iniciativas, posicionamentos de instituições do mesmo campo político frequentemente integram a programação de nossas mídias sociais. Assim, as redes repercutem atualizações do site do PACS e compartilham conteúdo desenvolvido exclusivamente para elas. Em 2024, priorizamos publicações colaborativas, que estão mais alinhadas com a proposta político-pedagógica do PACS e ainda proporcionam maior repercussão para os conteúdos e perfis envolvidos.

Confira a seguir as métricas de 2024:

YouTube:

Neste período, o PACS publicou 15 vídeos, que somaram 5.303 visualizações. A maior parte dos espectadores chegaram aos vídeos através da ferramenta de busca do Google (36,3%) ou clicando no link em outros sites ou redes sociais (29%).

O canal ganhou 58 novos inscritos e terminou o ano com um total de 1.683 inscritos. A maior parte do público brasileiro é do Rio de Janeiro (4,6%), seguido por: Pernambuco (3%), Bahia (1,2%), São Paulo (1,1%), Minas Gerais (1,1%), Ceará (0,6%), Rio Grande do Norte (0,6%) e Paraíba (0,4%). O público estrangeiro é da França (0,3%) e Chile (0,3%). Quanto à faixa etária, 54,7% do público tem entre 25 a 34 anos e 45,3% tem entre 35 a 44 anos. A maior parte dos espectadores é mulher (77,5%).

Facebook:

A página do PACS passou de 7.012 seguidores, em 2023, para 6.950, em 2024. Ou seja, a página perdeu 62 seguidores. No entanto, somente 22 pessoas deixaram de seguir a página neste período, o que indica que, provavelmente, a queda do número de seguidores está mais associada à tendência de migração do Facebook para outras redes sociais do que à relevância do conteúdo publicado pelo PACS. Neste período, 3.300 pessoas viram os conteúdos publicados pelo PACS. Ao todo, foram feitas 109 publicações no perfil.

Instagram:

O perfil do PACS passou de 5.074 seguidores, em 2023, para 5.768, em 2024. Ou seja, a página ganhou 694 seguidores. A maior parte dos seguidores são mulheres (74,5%). 35,8% têm entre 35 e 44 anos e 34,5% têm entre 25 e 34 anos. A maior parte dos seguidores brasileiros é do Rio de Janeiro (26,5%), seguido por: São Paulo (7.5%), Recife (3.9%), Belo Horizonte (3.3%) Salvador (2.6%), Niterói (2.6%), Fortaleza (2.5%), Porto Alegre (1.5%), Brasília (1.5%) e Belém (1.2%). Os seguidores estrangeiros são da Argentina (0,9%), Portugal (0.6%), Alemanha (0.3%), Espanha (0.3%), México (0.3%), Canadá (0.2%), França (0.2%), Estados Unidos (0.2%) e Colômbia (0,2%).

Em 2024, 5.223 pessoas visitaram o perfil do PACS. O número total de interações com os conteúdos (curtidas ou reações, salvamentos, comentários, compartilhamen-

-tos e respostas) foi de 5.268. A taxa de alcance das publicações ou seja, o número de pessoas que viram as publicações – saltou de aproximadamente 84 mil, em 2023, para 120,6 mil, em 2024.

Ao todo, foram feitas 160 publicações no feed e 500 publicações nos stories. Alguns dos conteúdos mais relevantes, em função do seu alcance, foram*:

– Lançamento do documentário “Territórios de Fé: Resistências aos fundamentalismos"
Visualizações: 87.895
Alcance: 62.386
Interações: 128
– Lançamento digital da campanha "Rio Capital do Caô Climático"
Visualizações: 36.797
Alcance: 19.324
Interações: 1.483
– Ação de lançamento da campanha “Rio Capital do Caô Climático” no Cristo Redentor
Visualizações: 7.163
Alcance: 5.387
Interações: 616
– Divulgação da Audiência Pública sobre a Crise Climática e Saúde na Zona Oeste do Rio de Janeiro
Visualizações: 3.908
Alcance: 3.072
Interações: 170

– Publicação temática, do Dia Nacional de Combate à Discriminação Racial, que divulga o documentário "Territórios de Fé"

Visualizações: 3.291

Alcance: 2.155

Interações: 160

*Foram retiradas desta lista as duas publicações que anunciavam vagas para trabalhar no PACS. Durante o ano, duas vagas foram anunciadas e estiveram entre as 10 publicações com maior alcance. O alcance da publicação que anunciava a vaga de assessora político-pedagógica foi de 2,6 mil e o da publicação que anunciava a vaga de assessora de comunicação foi de 2,7 mil.

Relatórios

A comunicação produz, a cada seis meses, um relatório com as principais métricas e tendências no consumo de conteúdos em suas redes sociais. Além de números de visitas, acessos e engajamentos, realizamos uma análise qualitativa especificando que tipos de conteúdo e temáticas têm mais alcance e apelo junto aos públicos do site, das redes sociais e do boletim online.

Assessoria de Imprensa

A assessoria de imprensa pode ajudar na divulgação de eventos, projetos, causas e denúncias, além de aumentar a visibilidade da organização e atrair apoiadores e financiadores. Para isso, produzimos textos de release e enviamos para jornalistas de veículos da grande mídia e também de comunicação popular. Fornecemos dados, referências e fontes, mantendo o compromisso com o livre arbítrio e a segurança de todas e todos envolvidos. Alguns dos destaques deste trabalho são:

- Curso reflete sobre a relação entre mulheres e economia (Revista Rio / Rádio EBC)
- Fala FADS: “Vem marchar com a gente! Chega de caô climático!” (TV GGN)
- ONGs lançam a campanha Rio Capital do Caô Climático (Diário de Pernambuco)
- Relatório internacional aponta que siderúrgica em Santa Cruz, no Rio, polui ar da região de maneira ‘devastadora’ (RJTV 2ª edição e G1 / Globo)

- Moradores sofrem com poluição de siderúrgica e enfrentam aumento de problemas respiratórios (Jornal do Rio / Band)

- Passeata denuncia descaso climático no Rio de Janeiro (Revista Rio / Rádio EBC)

- Coletivo Martha Trindade e Instituto Pacs debatem sobre a qualidade do ar na Maré (O Cidadão Online)

- Sociedade Civil Se Reúne em Enxurrada de Eventos Significativos, do Centro à Penha, para Exigir o Fim do 'Caô Climático', União Contra Ternium, e Lança Plano Verão de Adaptação às Mudanças Climáticas (RioOnWatch)

Conheça os meios de comunicação do PACS e siga seus perfis nas redes sociais:

www.pacs.org.br

facebook.com/PACSInstituto

@institutopacs

pacsinstituto.medium.com

@InstitutoPACS

youtube.com/@PACSInstituto



Intercâmbio na Argentina.



Encontro do C20 no Rio de Janeiro (RJ).



Ato da da Cúpula dos Povos frente ao G20, no Rio de Janeiro (RJ), em solidariedade ao povo palestino.



Curso Mulheres e Economia 20 anos, no Rio de Janeiro (RJ).



I Encontro Nacional da Caravana Contra os Racismos Religiosos, em Belo Horizonte (MG).



Jornada de incidência da Fair Steel Coalition na Europa.

ATIVIDADES EXTERNAS

5. ATIVIDADES EXTERNAS

As atividades do Instituto PACS são estruturadas a partir dos eixos de trabalho, das ações previstas nos projetos, da resposta às demandas urgentes dos territórios com os quais trabalhamos e das situações emergenciais que a conjuntura política nacional e latino-americana nos apresenta. Buscamos aqui, nos destaques de atividades, contemplar os diversos campos políticos e temáticos nos quais atuamos, que abrangem diferentes sujeitos e metodologias de trabalho, de acordo com cada ação e objetivo a ser alcançado.

Os projetos são entendidos como ferramentas que tornam possíveis as continuidades nos processos que construímos e que, também, contribuem para darmos respostas rápidas às demandas que surgem das redes, dos territórios, movimentos e grupos com os quais trabalhamos.

Para facilitar a descrição, trazemos aqui um quadro, organizado por eixos de ação, com o que consideramos destaques do ano: tanto ações específicas, como conjuntos de ações. Importante destacar que, para cada ação dessa acontecer, muitas outras atividades de planejamento e preparação são realizadas. Além das reuniões de planejamento, monitoramento e construção da concepção político pedagógica de cada projeto e das grandes ações e produtos presentes nos projetos.

Assim, um grande destaque é o trabalho interno, que estrutura e possibilita que os processos tenham continuidade e mantenham o objetivo e a coerência política institucional. A labuta e o cuidado do dia-a-dia são praticamente invisíveis perante à concretude do que apresentamos e movemos externamente. São dezenas de reuniões internas, entre equipes de projeto, com parceiros, colaboradores, etc. Cada ação envolve planejamento, organização, preparação, diálogos e execução.

Com destaque ao cuidado com os processos, as metodologias, e principalmente, com as pessoas com as quais o PACS constrói lutas junto. Deste modo, o que trazemos aqui são apenas alguns momentos e culminâncias de caminhos muitos maiores. As atividades em 2024 foram feitas, em sua maioria, de forma presencial, sendo apenas uma parte virtual, observando assim as possibilidades e potências de cada encontro

Ademais, é muito importante ressaltar a importância do trabalho administrativo-financeiro, aquele que menos aparece e é estrutural para tudo que se desenvolve. O administrativo-financeiro se desafia cotidianamente para dar o suporte necessário a tudo que é externalizado e se esforça em processos de aprendizado para realizar todas as adequações necessárias para a manutenção do trabalho do PACS e de condições para a equipe.

Em referência ao eixo administrativo-financeiro, dentre as atividades realizadas em 2024, destacamos os seguintes processos: gestão administrativa e financeira dos projetos e institucional; controle e verificação de rotinas trabalhistas; prestações de contas e auditorias regulares, do campo Institucional e de Projetos; conciliações do financeiro com o contábil; processos formativos para equipe interna e parceiros, de forma presencial e remota; controle e execução de contas a pagar e a receber; construção de documentos e orçamentos para novos projetos; atividades de logística (operacionais do escritório); organização e métodos do administrativo-financeiro, continuação da implantação do sistema financeiro; dentre outros.

Além das atividades “Destaque 2024” citadas abaixo, considerando nosso instrumento de registro de atividades, atualizado semanalmente em reunião de equipe, **realizamos cerca de 60 atividades de articulação; 82 reuniões internas; 15 atividades de formação; 43 ações territoriais; 13 ações de incidência; 30 ações de fortalecimento institucional e 12 atividades de PMA.**

Alguns destaques são:

- **Articulação e Incidência:**

- Intercâmbio na Argentina: Unión de Trabajadores y Trabajadoras de la Tierra (UTT);
- Jornada de incidência da Fair Steel Coalition na Europa;
- 88º Sessão da Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Contra as Mulheres – CEDAW/ONU;
- Cúpula dos Povos Frente ao G20;
- Campanha Rio Capital do Caô Climático;
- Construção da Rede Nacional de Mulheres Guardiãs de Territórios Ameaçados e Atingidos por Megaprojetos;
- Audiência Pública Crise climática e saúde na Zona Oeste;
- Intercâmbio Brasil, Moçambique e Angola;
- Encontro Nacional da Caravana Contra os Racismos Religiosos: Pisada de Caboclo em Minas Gerais;
- Ação da Caravana Contra os Racismos Religiosos na Festa de Yemanjá;
- IV Encontro de Mulheres da Teia dos Povos.

- **Formação e Pesquisa**

- Animação Feminismo é contra o quê?;
- Lançamento do relatório “The Real Cost of Steel”;
- Curso Mulheres e Economia 20 anos;
- Lançamento do documentário “Territórios de Fé”;
- Seminário “Transição ou Transação Energética”.

- **Ações Territoriais**

- G20 Social
- Justiça Climática nas Zonas Costeiras e Marinhas;
- Debate: Panorama do combate à fome no G20: diálogos a partir da soberania e segurança alimentar e nutricional;
- Subvenções de apoio a coletivos territoriais UE;
- Rodas de conversa com mulheres sobre cuidado, memória e enfrentamento a violência;
- Aula-Ato sobre o Plano de Aquisição de Alimentos (PAA) na Feira da Roça, em Vargem Grande (RJ);
- Encontro do GT Mulheres da AARJ;
- Acompanhamento de coletivos autogestionários;
- Ações formativas a partir do documentário "Territórios de Fé" na Bahia, Pernambuco e Minas Gerais.



Agenda da Articulação Internacional dos Atingidos e Atingidas pela Vale (AIAAV) em Brasília.



Intervenção em reunião de acionistas do ING Group, em Amsterdam, na Holanda.



Foto-ação no píer em Pedra de Guaratiba (RJ), após encerramento do curso Mulheres e Economia 20 anos.



Aula-ato sobre o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), na Feira da Roça, em Vargem Grande (RJ).



Cúpula dos Povos, no Rio de Janeiro (RJ).



Intercâmbio em Moçambique.

5.1. ARTICULAÇÃO E INCIDÊNCIA

- **Intercâmbio na Argentina - Unión de Trabajadores y Trabajadoras de la Tierra (UTT)**

A programação teve início no dia 27 de fevereiro, com uma visita à Biofábrica e ao Armazém da Unión de Trabajadores y Trabajadoras de la Tierra (UTT), que são, respectivamente, a unidade de produção de insumos para a agricultura e o espaço de comercialização dos produtos agrícolas das mais de 22 mil famílias campesinas que compõem o movimento. Em seguida, realizamos uma roda de conversa com as mulheres agricultoras, para partilha de experiências e relatos sobre a relação com a cozinha e a produção de alimentos. Os relatos trouxeram a importância da cozinha para alimentar e fortalecer os movimentos sociais populares de diversas maneiras, para além da comida.

No dia 28, visitamos duas quintas de agricultoras da UTT, que são espaços produtivos onde as mulheres cultivam hortaliças, flores, legumes e muitos outros tipos de alimentos. Depois, facilitamos uma formação com o tema “Saúde, Cozinha e Agroecologia”, da qual participaram cerca de 40 mulheres do movimento, onde contamos a história do PACS e da relação da organização com a agroecologia e a agricultura urbana no Brasil. Nossas companheiras brasileiras também compartilharam suas experiências: Yane Mendes, a partir do trabalho com juventudes, comunicação popular e mudanças climáticas; Vera Domingos, enquanto agricultora e impactada por um megaprojeto de desenvolvimento; e Ana Santos, na experiência de agricultura urbana numa favela do Rio de Janeiro. O dia terminou com a participação do grupo na reunião do movimento feminista “Ni Una Menos” de preparação para o 8 de Março.

- **Jornada de incidência da Fair Steel Coalition na Europa**

A coordenadora de projetos do PACS, Ana Luisa Queiroz e a integrante do Coletivo Martha Trindade, Aline Marins estiveram em agenda internacional de incidência da Coalizão pelo Aço Justo sobre os impactos da indústria do aço, junto a outros ativistas e defensores de direitos da Libéria, México e África do Sul. Em incursão pela Europa, realizaram denúncias, exigindo a responsabilização de empresas como ArcelorMittal e Ternium, duas gigantes do setor. Durante a jornada, foram realizadas reuniões com bancos financiadores do setor, deputados e ministérios em Luxemburgo, Holanda, França e Bélgica.

Destacamos dois momentos: um em que a coordenadora de projetos do PACS, Ana Luisa Queiroz, fez uma intervenção na reunião anual de acionistas do banco holandês ING, questionando o financiamento da instituição a empresas como a Ternium Brasil, que há anos prejudica a vida de moradores do bairro de Santa Cruz, na Zona Oeste do Rio de Janeiro; e outra em que Aline Marins, do Coletivo Martha Trindade, participou de um debate sobre políticas de mitigação e emergência climática, reforçando as denúncias e compartilhando sua experiência enquanto moradora de Santa Cruz e jovem ativista.

- **88ª Sessão da Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Contra as Mulheres - CEDAW/ONU**

Como continuidade estratégica das ações de visibilidade dos impactos diferenciados de megaprojetos sobre a vida das mulheres e de engajamento em ações de prevenção e reparação integral, o Instituto PACS submeteu um relatório sombra e esteve presente durante o período de revisão do Comitê CEDAW, em sua 88ª sessão, na ONU. Destacamos que perguntas realizadas pelas membras do Comitê coincidiram com as provocações enviadas no relatório, como, por exemplo, o questi-

-onamento do Estado brasileiro sobre as medidas de identificação dos impactos, sobretudo nos setores de infraestrutura e energia, e responsabilização dos atores corporativos.

Dentre as agendas, o Instituto esteve presente em reunião com a ministra Cida Gonçalves e a comitiva do Estado brasileiro, em convocatória feita às organizações e movimentos presentes para apresentação de questões relacionadas ao relatório. O trabalho do PACS neste espaço faz parte de uma estratégia de engajamento de atores e atrizes tomadores de decisão em ações de reconhecimento do poder corporativo como agente violador dos direitos das mulheres.

- **Cúpula dos Povos Frente ao G20**

O processo de construção da Cúpula dos Povos se iniciou em março de 2024, com seminários mensais nacionais, alternados entre virtual e presencial, entre organizações sociais com atuação nacional – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Marcha Mundial das Mulheres (MMM), Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), Movimento Negro Unificado (MNU), Rede Jubileu, Rede Brasileira Pela Integração dos Povos (Rebrip), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), etc. A proposta foi realizar atividades concentradas em cerca de três plenárias, que tratariam da economia dos povos, reparações e questão ambiental – sem atividades autogestionadas. O principal investimento de mobilização foi a Marcha dos Povos, que aconteceu em 16 de novembro de 2024.

A Cúpula dos Povos foi realizada no dia 14 de novembro de 2024, em uma tarde, na Associação Brasileira de Imprensa, com cerca de 600 pessoas. Cenário aquém do histórico político de autonomia e independência crítica em apresentar as pautas dos

povos que são atingidos pelos acordos de Estado atendendo aos interesses do capital. A Marcha dos Povos aconteceu no dia 16 de novembro de 2024 e foi surpreendentemente representativa no seu número de participantes, com mais de 10 mil pessoas em um dia de chuva forte e constante, contando com o investimento de recurso material e humano de organizações que se retiraram da organização da Cúpula. O destaque foi a denúncia do genocídio do povo palestino pelo imperialismo. O PACS esteve presente neste processo a partir da construção e do compartilhamento da Campanha Rio Capital do Caô Climático com sua proposta e materiais.

- **Campanha Rio Capital do Caô Climático**

A campanha denuncia um caso grave de racismo ambiental e expõe que a política climática do Rio de Janeiro beneficia a maior poluidora da cidade, deixando a população e o planeta desprotegidos. A Lei nº 5.248/2011, que institui a Política Municipal de Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Sustentável, cria metas para reduzir a emissão de gases de efeito estufa (GEE) no município, mas estabelece, em seu Artigo 6º, que serão contabilizadas em separado, observando metas diferentes, as emissões das empresas do Distrito Industrial de Santa Cruz – onde está a Ternium, a maior siderúrgica da América Latina. Sozinha, a empresa é responsável por mais da metade das emissões de GEE da cidade. Isso criou uma zona de exclusão climática na Zona Oeste do Rio de Janeiro – onde a população é majoritariamente negra e empobrecida.

O relatório “Air quality impacts of the Ternium Brasil Santa Cruz steel plant”, lançado pelo Centre for Research on Energy and Clean (CREA), estimou que entre 2010 e 2023 a poluição da siderúrgica tenha causado até 1.750 mortes em Santa Cruz. O relatório ainda revela que os gases e partículas despejados no ar pela empresa estão

avançando sobre outros bairros e ultrapassam até os limites estaduais, chegando ao litoral norte de São Paulo. Ou seja, os impactos da Ternium afetam mais diretamente a população de Santa Cruz, mas não se restringem a ela. De acordo com o relatório, o custo da poluição causada pela Ternium pode ultrapassar R$13,2 bilhões.

Quando o Rio de Janeiro foi anunciado como sede do encontro da cúpula do G20 em 2024, anúncios do "Rio Capital do G20" foram espalhados por quase toda a cidade. Neste contexto, a prefeitura passou a se colocar como exemplo de sustentabilidade e a repetir o mote do encontro: construir "um mundo justo e um planeta sustentável". A campanha Rio Capital do Caô Climático denuncia que, na prática, o poder público age na contramão desse ideal.

Também constroem a campanha o Coletivo Martha Trindade, o Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental, o Fórum Popular da Natureza, a Coalizão pelo Clima, a Teia de Solidariedade da Zona Oeste e a Justiça Global. Dentre as ações realizadas pela campanha, estão aulas públicas e rodas de conversa, participação em manifestações e eventos, realização de intervenções artísticas urbanas e incidência política.

- **Construção da Rede Nacional de Mulheres Guardiãs de Territórios Ameaçados e Atingidos por Megaprojetos**

Em novembro de 2024, ocorreu o Seminário Nacional Mulheres e Megaprojetos, no âmbito do projeto "De Mãos Dadas Criamos Correnteza" e do programa "Liderando desde el Sur", dentre outros. O encontro contou com a presença de mais de 60 mulheres, lideranças de comunidades impactadas, de coletivas, movimentos e organizações de Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Pará, Maranhão e Ceará. Na ocasião foi consolidada a Rede Nacional de Mulheres Guardi-

-ãs de Territórios Ameaçados e Atingidos por Megaprojetos e definidos os seus princípios e objetivos iniciais, que tem em vista a defesa de corpos-territórios, ameaçados e atingidos por diferentes tipologias de megaprojetos a partir de uma perspectiva construída desde e por mulheres.

- **Audiência Pública "Crise climática e saúde na Zona Oeste"**

A audiência ocorreu em agosto de 2024 e buscou debater as condições de poluição e saúde na zona oeste, particularmente, das/os moradores de Santa Cruz, a partir da instalação da siderúrgica Ternium, antiga TKCSA, que produziu impactos e é responsável por mais da metade das emissões de gases de efeito estufa do município do Rio de Janeiro.

A audiência começou com uma homenagem ao companheiro Ivo Siqueira, pescador de Pedra de Guaratiba (RJ) que faleceu em maio deste ano, deixando um legado de luta em defesa dos pescadores e da Baía de Sepetiba. Em seguida, o vereador William Siri (Psol) deu início às falas sobre o tema.

Também compuseram a mesa: Ana Luisa Queiroz, coordenadora de projetos e membra da Coletiva de Gestão do Instituto PACS; Maria Regina de Paulo, moradora de Santa Cruz; Caren Freitas de Lima, da Teia de Solidariedade da Zona Oeste; Mauricio de Andrade Travassos, da subcoordenadoria cível da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro; Alexandre Pessoa Dias - professor-pesquisador da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), coordenador do GT Águas e Saneamento, da Vice-Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde da Fiocruz (VPAAPS/Fiocruz) e membro do GT Saúde e Ambiente, da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco); Mônica Cunha, vereadora pelo Psol e presidenta da Comissão de Combate ao Racismo da Câmara (CCOR).

Ainda estiveram presentes dezenas de moradores da Zona Oeste, que denunciaram os impactos causados pela siderúrgica Ternium Brasil (antiga TKCSA), além de outros pesquisadores, parlamentares, assessores, representantes da Defensoria Pública e movimentos sociais. As secretarias municipais de Meio Ambiente e Clima e de Saúde foram convidadas, mas não participaram.

Representando o PACS, a coordenadora de projetos Ana Luisa falou sobre a urgência de revisar a legislação municipal, que atualmente não protege a cidade e seu povo das emissões de gases de efeito estufa e poluição do Distrito Industrial de Santa Cruz, onde está instalada a Ternium. Ela ainda destacou que o Rio de Janeiro tem uma dívida histórica com os moradores do bairro. Enquanto os lucros da produção se acumulam entre os proprietários das corporações, os prejuízos socioambientais ficam para os milhares de moradores da Zona Oeste e de toda a cidade.

- **Intercâmbio Brasil, Moçambique e Angola**

Entre 22 de outubro e 8 de novembro de 2024, uma parceria entre o Instituto PACS, do Brasil, o Grupo de Mulheres de Partilha de Ideias de Sofala (GMPIS), de Moçambique, a organização Mwana Pwo, de Angola e a agência Pão Para o Mundo, da Alemanha, tornou possível um grande intercâmbio entre esses e outros grupos em Moçambique, durante a realização do “Acampamento Solidário de Intercâmbio Mulheres do Brasil, Angola e Moçambique: construindo pontes na luta por direitos das mulheres”, organizado pelo GMPIS.

O intercâmbio tem raízes em outros dois momentos: o Encontro Panafricano de Consulta sobre Gênero, realizado no Togo em 2022 e o II Encontro de PPM e Copartes Latinoamericanas Sobre Estratégias Para a Igualdade de Gênero no Enfrentamento aos Fundamentalismos e em Defesa da Democracia, realizado em Pernambuco, no Brasil, em 2023.

Dessas trocas, surge o sonho e a proposta de realização do intercâmbio em Moçambique com participação das delegações do Brasil e de Angola, cada uma com quatro mulheres.

- **Encontro Nacional da Caravana Contra os Racismos Religiosos: Pisada de Caboclo em Belo Horizonte (MG)**

A Pisada de Caboclo fez parte da programação do Encontro Nacional da Caravana Contra os Racismos Religiosos, que aconteceu entre os dias 22 e 26 de novembro, em BH. Foi uma oportunidade única de promover trocas entre lideranças de comunidades de terreiro, quilombolas e indígenas – que são guardiãs e guardiões de nossas florestas, águas e até do ar que respiramos.

O evento é idealizado pela Casa de Caridade Pai Jacob do Oriente, em parceria com as lideranças indígenas Maxakali, Xacriabá e Pataxó, Pataxó Haehaehae, Quechua, Kamakã Mongoió, Guaranis, Tupinambás, Huni Kuin e lideranças de outros terreiros da região metropolitana de Belo Horizonte (MG). Os terreiros e organizações que compõem a Caravana Contra os Racismos Religiosos participaram do evento, que aconteceu em novembro de 2024, no Parque das Mangabeiras, próximo a Serra do Curral – área que vem sendo ameaçada pelo avanço da mineração.

No encontro, houve o plantio de árvores sagradas, como o Akoko e o Igi Opé. Um Urukum foi plantado em memória do Cacique Merong, do povo Pataxó Hã-hã hãe, defensor dos direitos dos povos indígenas e contra a mineração e o agronegócio, assassinado em março de 2024. O ápice da cerimônia foi na roda de caboclo, na qual caboclos de diversas linhagens dançaram em volta de uma grande mesa, com frutas e velas, para depois dar passes em todos que se aproximam para receber suas bênçãos e conselhos.

- **Ações da Caravana Contra os Racismos Religiosos: Intercâmbio em Minas Gerais e Festa de Iemanjá**

Ocorreu durante o Intercâmbio MG - PE - RJ da Caravana Contra os Fundamentalismos, realizado em Belo Horizonte entre os dias 16 e 19 de agosto. Pai Lívio (Terreiro de Salinas - PE) e Nuala Costa (TPM - PE) viajaram a Belo Horizonte (MG) para conhecer, junto com a equipe do PACS, as vivências do Terreiro de Pai Ricardo e do Quilombo Manzo. Almoçamos no Terreiro de Pai Ricardo no dia 16 de agosto, com caminhada para conhecer o território que abraça o terreiro. Participamos no dia 17 da Festa de Iemanjá, com chamada para falas antes da carreata e a presença de Pai Lívio no carro de som. No dia 18, passamos o dia no Quilombo Manzo, conhecendo a história desse terreiro e trocando saberes e experiências. O dia 19 teve uma conversa com tempo de qualidade com Pai Lívio e Nuala sobre como foi a Caravana, sendo profícuo para o estreitamento de laços entre eles, que combinaram de estabelecer intercâmbios.

- **IV Encontro de Mulheres da Teia dos Povos**

Entre os dias 05 e 09 de março de 2024, participamos do IV Encontro de Mulheres da Teia dos Povos – Mulheres em defesa da vida: por Terra e Território. O evento aconteceu no Assentamento Terra Vista, em Arataca, sul da Bahia. Foram cinco dias de vivência do cuidado coletivo e de trocas de saberes e experiências sobre práticas de mulheres em defesa dos seus territórios, por autonomia e soberania dos povos. De acordo com a Teia dos Povos, o IV Encontro de Mulheres teve “o intuito de consolidar vínculos de confiança, pertencimentos e apoios mútuos entre as mulheres, ao passo em que deu visibilidade às suas trajetórias, lutas e criações”.

A programação do encontro foi conjugada com a celebração dos 32 anos de existência do Assentamento Terra Vista. A conquista da terra ocorreu no dia 8 de março de 1992 em homenagem ao dia das mulheres. Cada aniversário do assentamento é um momento de rememorar e comemorar a luta por terra e território. O PACS estabeleceu intercâmbios com a Rede Tumulto, representada por Gilmara Santana e Koinonia, representada por Ana Celsa.

5.1. FORMAÇÃO E PESQUISA

- **Animação Feminismo é contra o quê?**

O Instituto PACS lançou em 2024 uma série de 8 vídeos curtos de animações sobre questões que atravessam a pauta feminista. Os vídeos foram lançados às quartas feiras, de 10 de abril a 29 de maio. Os temas foram: Patriarcado, Interseccionalidade, Concentração do trabalho reprodutivo, Feminicídio, Violência política, Violação de direitos humanos de mulheres por megaprojetos, Falta de participação política e Mulheres em defesa dos territórios. Os vídeos estão disponíveis no Instagram e em nosso canal do YouTube, com legendas em espanhol e inglês. A produção faz parte da nossa campanha Mulheres Territórios de Luta.

- **Lançamento do relatório "The Real Cost of Steel"**

Em maio, foi lançado o relatório "The real cost of steel". A indústria do aço contribui significativamente para a degradação ambiental e para as desigualdades sociais, mas raramente é objeto de atenção. Este relatório abrange e analisa os impactos da produção de aço no ambiente e nos direitos humanos, centrando-se nas operações de duas multinacionais: ArcelorMittal e Ternium.

- **Curso Mulheres e Economia 20 anos**

Em 2024 completamos 20 anos de realização do nosso principal processo formativo popular feminista: o Curso Mulheres e Economia. O retorno do curso é presencial, na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. O curso ocorreu às quartas-feiras no período entre 28 de agosto e 25 de setembro, com encerramento no dia 28 de setembro, sábado. O módulo 1 foi sobre “Feminismos, Racismos e Economia”. O módulo 2 sobre “Mulheres e o Mundo do Trabalho”. O módulo 3 sobre “Economia, Capitalismo e Desenvolvimento”. O módulo 4 foi sobre “Terra para viver”. O módulo 5 foi sobre “Comunicação como ferramenta de luta” e o módulo 6 foi sobre “Eu e meu corpo: Luta, existência e saúde da mulher”.

- **Lançamento do documentário “Territórios de Fé”**

O lançamento ocorreu no 1º Arrastão da Liberdade, que foi uma atividade realizada pelo Axé Abassá de Ogum, em Itapuã, na Bahia, no Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa. Contou com a participação de autoridades institucionais, representantes executivos, lideranças religiosas e da sociedade civil. Durante o evento, fizemos o lançamento do nosso documentário "Territórios de Fé: resistências aos fundamentalismos" e também abrimos a nossa Caravana Contra os Fundamentalismos.

- **Seminário “Transição ou Transação Energética?”**

Aconteceu em Fortaleza (CE), entre os dias 02 e 04 de abril de 2024, o seminário “Transição ou transação energética? Agenda internacional, financiamento e repercussões”, que teve o objetivo de trazer luz ao que está por trás das movimentações de países e grandes corporações cujos interesses econômicos domi-

-nam a pauta, repetindo e ampliando os impactos socioambientais provocados pela exploração de energia renovável nos territórios. O evento foi realizado em uma articulação entre cerca de 18 organizações, movimentos e redes parceiras, entre elas a Rede Jubileu Sul, o Instituto PACS, Instituto Terramar e Associação Fórum Suape.

5.2. AÇÕES TERRITORIAIS

- **G20 Social - Justiça Climática nas Zonas Costeiras e Marinhas**

Painel no G20 Social, proposto pela Defensoria Pública, em articulação com as organizações do projeto "De Mãos Dadas Criamos Correnteza", PACS, Fórum Suape e Instituto Terra Mar. Discutiu justiça climática nas áreas costeiras a partir das experiências de representantes do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), pescadores do litoral fluminense e do Rio Grande do Sul, além de uma representante da Rede Nacional de Mulheres Guardiãs de Territórios Ameaçados e Atingidos por Megaprojetos – Carla Maria Medeiros, moradora da Comunidade Jardim, em Carnaubal, no Ceará. A partir do diálogo, a Defensoria buscou aprimorar sua atuação junto às comunidades e se comprometeu a redigir um documento de recomendações para o G20.

- **Debate "Panorama do combate à fome no G20: diálogos a partir da soberania e segurança alimentar e nutricional"**

Debate sobre o combate à fome no G20, mobilizado pelo mandato de Marina do MST (PT/RJ), com organização da Comissão de Segurança Alimentar da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) e do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea). Contou com representantes do Consea Nacional, do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), do G20 Social, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), do T20, da Ação da Cidadania, do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e da Cúpula dos Povos, além da presença do ministro do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

- **Subvenções de apoio a coletivos territoriais UE**

No escopo do projeto "De Mãos Dadas Criamos Correnteza", realizamos o aporte de sete subvenções para coletividades territoriais. O objetivo desses aportes dialogam diretamente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS), a agenda 2030, o suporte a grupos com trabalho focado em gênero, raça e classe, bem como ações de salvaguarda ambiental e climática. A realização das subvenções é um mecanismo de ampliação de acesso a recursos vindos da Cooperação Internacional por parte de coletividades com menores condições administrativas ou burocráticas, capilarizando o acesso e ampliando o alcance.

- **Rodas de conversa com mulheres, sobre cuidado, memória e enfrentamento a violência**

Realizamos uma série de rodas de conversa em parceria com o CEM – Centro de Integração na Serra da Misericórdia, reunindo mulheres para aprofundar o debate político e afetivo sobre a saúde das mulheres pretas e o acesso a direitos e políticas públicas. Também participaram mulheres do Instituto Nutes de Educação em Ciências e Saúde (Nutes/UFRJ) e da unidade de saúde da Serra da Misericórdia. A alimentação dos encontros foi produzida pela Cozinha Coletiva Mulheres em Ação, que também fornece alimentos agroecológicos para a Escola Popular da Serra da Misericórdia.

- **Aula-ato sobre o Plano de Aquisição de Alimentos (PAA), na Feira da Roça, em Vargem Grande (RJ)**

A Feira da Roça, que acontece em todos os domingos, no Largo de Vargem Grande, recebeu, no dia 7 de julho, uma Aula-Ato sobre Soberania Alimentar, com o objetivo de discutir o Plano de Aquisição de Alimentos (PAA) do Governo Federal.

A atividade foi promovida pela Teia das Pretas da Zona Oeste e protagonizada por mulheres negras, com participação da equipe do PACS, Mulheres de Santa Cruz (Federação de Mulheres Fluminense, Favela do Aço e Antares), Bosque das Caboclas (Campo Grande, Rio de Prata), Recanto do Ypiranga e Comunidades das Vargens, entre outras parceiras.

- **Encontro GT Mulheres AARJ**

No mês de agosto, aconteceu um potente encontro entre as mulheres da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ). Pela manhã, a coordenadora institucional do PACS, Aline Lima, fez um resgate da história do GT. Por meio do "Rio das nossas vidas", foram relembradas nossas lutas, conquistas e momentos marcantes. Em seguida, Renata Souto falou sobre a potência da Cesta Cuidar-se, suas articulações, desdobramentos e reflexões. Na parte da tarde, discutimos o início do Projeto Quintais Produtivos e a importância da visibilidade do trabalho das mulheres através do uso das Cadernetas Agroecológicas, metodologia feminista e agroecológica adotada pelo GT Mulheres, em conjunto com a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). A alimentação do evento foi preparada pela Cozinha Colher de Pau, comandada pelos saberes da agricultora Juliana Medeiros. Teve galinha caipira, feijão com abóbora e arroz com PANC (Plantas Alimentícias Não Convencionais).

- **Acompanhamento de coletivos autogestionários**

Como exemplos, trazemos as ações com a Rede Tumulto e a Coletiva Cabras.

No caso da Rede Tumulto, prosseguimos o acompanhamento que já havia sido iniciado. Na ocasião, as integrantes apresentaram projetos da organização. O Núcleo Correria é uma iniciativa de formação política e técnica de 4 jovens de favelas do Re-

-cife. O projeto contou com apoio do PACS na sua criação e consolidação, pelo que a Rede Tumulto agradeceu afetivamente. Outros projetos que foram apresentados foram o Ocupa Clima e o Quintal das Gerações. Elas compartilharam, ainda, duas festividades que aconteceram no segundo semestre. Sendo a primeira a formatura do Núcleo Correria entre agosto e setembro e a segunda a comemoração de 5 anos da Rede Tumulto no final do ano.

Dialogamos sobre o apoio do Instituto PACS para produção de uma cartilhamemória sobre a trajetória da organização, para ser distribuída na comemoração. Além disso, dialogamos sobre o apoio ao quintal das gerações, que faz muito sentido para a atuação do PACS no que tange ações territoriais voltadas para mulheres negras e periféricas, com espaços de escuta e acolhimento. Por fim, indicamos a necessidade de alinhar a participação da Rede Tumulto na Caravana Contra os Racismos Religiosos.

No caso da Coletiva Cabras, em julho estivemos no planejamento das atividades. A Coletiva, no mês de agosto, completou 4 anos de muita luta e resistência. Nessa ocasião, conseguiram perceber o tamanho das ações e projetos para vida das mulheres e para o território. Assim, reforçaram juntas o compromisso do cuidado e ampliaram o conhecimento técnico para essa nova etapa, da conquista da sede da Coletiva.

- **Ações formativas a partir do documentário "Territórios de Fé" na Bahia, Pernambuco e Minas Gerais**

O documentário "Territórios de Fé: resistências contra os fundamentalismos" foi uma iniciativa no âmbito da Caravana Contra os Racismos Religiosos, que registrou depoimentos e experiências de parcerias, especialmente das comunidades de terrei-

-ro que a compõem. Em Pernambuco, o Ile Axé Ayabá Omi (Terreiro das Salinas); em Minas Gerais, o Kilombo Manzo Ngunzo Kaiango; no Rio de Janeiro, o Jardim das Ervas Sagradas e na Bahia, o Abassá de Ogun. Após a gravação, em 2023, o documentário retorna para exibição nas comunidades, em 2024. Em Salvador (BA), o Abassá de Ogun recebeu uma exibição e promoveu a circulação do filme em outros terreiros: em julho, no Ile Axé Ibá Jiná; em agosto, no Ilê Axé Oya Onigere e em setembro, no Ilê Axé Opo Odé Ibo.

Também foi realizado, em maio de 2024, a exibição e debate do documentário no Ile Axé Ayabá Omi, ou Terreiro Salinas, em São José da Coroa Grande (PE). O terreiro é uma das comunidades que participa do documentário e que denuncia os fundamentalismos religiosos, destacando as lutas e resistências do povo de santo. A atividade teve a participação de 41 pessoas, sendo a maioria filhos de santo do Terreiro de Salinas.

Em Belo Horizonte (MG), a exibição do documentário foi realizada no Kilombo Manzo, no dia 15 de maio de 2024, contando com a presença de quase 20 pessoas. A atividade foi organizada pela Mãe Sessiluanvy e contou com a presença das demais matriarcas do território, Makota Kidoialê e Mametu Muiandê. A exibição contou com alimentação agroecológica quilombola e foi seguida por um debate com reflexões acerca das lutas contra os racismos religiosos.

Mãe Sessiluanvy e Mametu Muiandê, entrevistadas no “Territórios de Fé”, partilharam sobre a experiência de participação no documentário. Makota Kidoialê, que também estava na exibição do documentário no Encontro das Mulheres da Teia dos Povos da Bahia, em março, destacou a importância de articular o debate aos impactos de megaprojetos nos territórios dos povos tradicionais, a exemplo da defesa do Kilombo Manzo contra as atividades mineradoras na Serra do Curral.



Intercâmbio na Argentina.



88ª Sessão da CEDAW/ONU, em Genebra, na Suíça.



IV Encontro de Mulheres da Teia dos Povos, no Assentamento Terra Vista, em Arataca (BA).



Intercâmbio da Caravana Contra os Racismos Religiosos, em Belo Horizonte (MG)



Marcha dos Povos, no Rio de Janeiro (RJ).



Planejamento da Rede Tumulto, facilitado pelo PACS.

PERSPECTIVAS PARA 2025

6. PERSPECTIVAS PARA 2025

O ano de 2024, como mencionado no contexto de atuação, trouxe uma série de avanços importantes no cenário nacional. Ao mesmo tempo, enormes retrocessos, principalmente em função das investidas de grupos do poder legislativo que estão a serviço do capital, do patriarcado e do racismo. Considerando esse contexto, nossa atuação teve tanto o esforço de enfrentamento às violências e à retirada de direitos, como a atenção às oportunidades que surgem da mudança significativa com a transição do poder executivo de 2023.

No campo institucional, a implantação do sistema financeiro e a intensidade dos processos formativos internos tiveram destaque. No campo da gestão interna, avançamos, principalmente, por conseguir que, a partir desse ano, a coordenação institucional conte com uma profissional destacada para essa função, sem acumular também a coordenação de projetos. Esse era um plano já de algum tempo, que conseguimos concretizar neste ano. A perspectiva para 2025 é o foco na captação de novos recursos, com vistas a garantir a sustentação do instituto.

No eixo de trabalho focado nas alternativas ao atual modelo de desenvolvimento, o destaque é para a continuidade dos processos de articulação. Em 2024, as ações que buscamos construir em rede, com parceiros já consolidados e novos, que surgiram no decorrer do ano, tiveram grande importância na qualidade das atividades realizadas e nos desdobramentos, que seguem em curso e nos sinalizam que, em 2025, esse será um caminho de destaque. Uma dimensão importante dessas redes é de pautar o cuidado entre as lideranças territoriais, com vistas a potencializar a continuidade de ações que estão fragilizadas. Nos territórios, reforçamos também a necessidade de seguir no enfrentamento aos avanços da extrema direita e dos fundamentalismos, considerando também o contexto eleitoral que se aproxima.

As desigualdades geradas pelo modelo de desenvolvimento hegemônico e agravadas no período recente, pelo contexto pandêmico e sobretudo pelo modo de atuação do governo Bolsonaro, em seus 4 anos de duração, confirmaram a importância de aprofundarmos na compreensão do patriarcado e do racismo em nosso país. Para enfrentá-los, é fundamental partir do pressuposto de que não há justiça social sem as mulheres e as pessoas negras, indígenas e de povos e comunidades tradicionais. São esses os sujeitos mais atingidos em seus direitos humanos e ambientais, além de serem particularmente expropriados em sua força de trabalho.

Temos dedicado atenção sobretudo às mulheres, que embora sejam as principais responsáveis pelo trabalho de cuidado e de reprodução da vida, indispensáveis ao exercício de toda e qualquer atividade econômica, são as que sentem primeiro, em seus corpos-territórios, os impactos de um modelo que posiciona o lucro sempre à frente. Desse modo, consideramos que, para enfrentar de frente os conflitos socioambientais do país, é fundamental visibilizar a desigualdade na distribuição de seus impactos e o racismo ambiental escancarado nessa lógica.

Em 2025, seguiremos a atuação na luta contra os fundamentalismos e racismos religiosos, com ênfase nos seus impactos particulares na vida das mulheres. Iniciamos em 2023, avançamos em 2024 e seguiremos em 2025, com a Caravana Contra os Racismos Religiosos, que é um grande processo de intercâmbios entre coletividades, principalmente de quatro estados: Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pernambuco e Bahia. Destacamos que a Caravana teve seu nome alterado, de Caravana Contra os Fundamentalismos para Caravana Contra os Racismos Religiosos. A mudança teve origem nas próprias andanças e na escuta das lideranças territoriais sobre o tema. A urgência em denunciar a dimensão racista disso que chamamos de fundamentalismos foi o principal motivador da mudança no nome. A Caravana foi um dos processos de destaque do Plano Popular Alternativo ao Desenvolvimento (PPAD) ao longo de 2024. O PPAD segue em constante atualização a partir das ações dos grupos que o compõem.

No eixo de trabalho que foca nas críticas ao modelo de desenvolvimento, destacamos a perspectiva de articulação e incidência em dois megaeventos em 2025: a realização do encontro dos BRICS, a ser realizado em julho, no Rio de Janeiro; e a COP 30, que será em Belém, no estado do Pará, em novembro de 2025. O tema do colapso climático segue como prioridade, considerando a importância do nosso trabalho no coro pela visibilização de quem são os que mais sofrem com os seus impactos: pessoas e grupos historicamente vulnerabilizados, sobretudo mulheres, pessoas negras, indígenas e periféricas. Da mesma forma, seguiremos com as denúncias de quem são os principais responsáveis pelo problema: empresas e grandes corporações. Daremos continuidade também ao fortalecimento das redes de mulheres e das incidências locais, caminhos fundamentais para as lutas contra o modelo de desenvolvimento hegemônico.

Seguiremos fortalecendo as práticas coletivas, na defesa de projetos políticos que possam transformar o cenário em que vivemos. Como pontos que permanecem com destaque em nosso campo de atuação, citamos o enfrentamento à fome e a luta por soberania e segurança alimentar, fundamental para qualquer outro avanço; o direito à cidade, à terra e ao território; o enfrentamento aos megaprojetos e suas contínuas violações de direitos; a valorização da ciência; e o avanço na superação da dicotomia entre desenvolvimento e direitos, a partir do protagonismo de grupos populares e periféricos.

Em 2025, seguiremos na direção de caminhos partilhados com as pessoas e coletividades que se desafiam a tecer os futuros que sonhamos juntas. Aliando a construção de críticas ao fortalecimento das alternativas e resistências, como sempre foi em nossa história. Estamos certas de que miramos em horizontes que valorizam a vida e nos recordam do sentido de cada ação narrada neste relatório.



Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul
Av. Henrique Valadares, 23, sl. 504 – Centro, Rio de Janeiro, RJ
CEP 20231-030 | Tel.: +55 21 2210-2124
contato@pacs.org.br